



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE

CAROLYNE RIBEIRO GOMES DIAS

**O COMPORTAMENTO DE CONSUMO DE PESCADO E O
ETNOCONHECIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS
ARTESANAIS SOBRE A ICTIOFAUNA NA REGIÃO DO BICO DO
PAPAGAIO, TOCANTINS, BRASIL.**

**Palmas, TO
2026**

Carolynne Ribeiro Gomes Dias

O comportamento de consumo de pescado e o etnoconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais sobre a ictiofauna na região do Bico do Papagaio, Tocantins, Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestre (a) em Ciências do Ambiente.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elineide Eugênio Marques

**Palmas, TO
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R484c Ribeiro Gomes Dias, Carolyne.

O COMPORTAMENTO DE CONSUMO DE PESCADO E O
ETNOCONHECIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS
ARTESANAIS SOBRE A ICTIOFAUNA NA REGIÃO DO BICO DO
PAPAGAIO, TOCANTINS, BRASIL. / Carolyne Ribeiro Gomes Dias. –
Palmas, TO, 2026.

79 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Ciências do Ambiente, 2026.

Orientadora : Elineide Eugênio Marques

1. Conhecimento tradicional. 2. Pesca profissional. 3. Subsistência
alimentar. 4. .. I. Título

CDD 628

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Carolynne Ribeiro Gomes Dias

O comportamento de consumo de pescado e o etnoconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais sobre a ictiofauna na região do Bico do Papagaio, Tocantins, Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins (UFT), foi aprovada para a obtenção do título de Mestre (a) em Ciências do Ambiente e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 07/08/2025

Banca Examinadora.

Prof. Dr. Elineide Eugênio Marques, UFT

Prof. Dr. Heber Rogério Grácio, UFT

Prof. Dr. Keid Nolan Silva Sousa, UNIFESSPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família, em especial aos meus pais e minhas irmãs, por todo o apoio, amor e cuidado durante todo o processo da elaboração desse trabalho.

À Professora Dr^a. Elineide Marques por toda orientação, paciência e motivação nos últimos anos, sem os quais não teria chegado até aqui.

Aos pescadores e pescadoras que compartilharam de forma generosa seu tempo e seus conhecimentos comigo no processo de construção desse trabalho.

Ao pesquisador da Embrapa, Adriano Prysthon, pela colaboração não apenas nesse trabalho como nos diversos anos de orientação e parceria nos últimos anos.

Aos meus amigos que foram alento e ombro amigo, assim como inspiração e direcionamento.

Agradeço também à UFT e à CAPES pela infraestrutura e conhecimentos compartilhados que propiciaram a construção desse trabalho.

RESUMO

A atividade da pesca se desenvolveu com as sociedades humanas associadas aos ambientes aquáticos e ainda exerce um papel importante na disponibilidade alimentar para diversas comunidades. Em comunidades amazônicas essa atividade disponibiliza proteína animal de boa qualidade no modo de espécies de peixe diversificadas nos mercados locais e regionais, além de representar uma atividade cultural e tradicional, com ligações familiares de passagens de costumes e modo de trabalho e de consumo da própria produção. Nesse contexto, este estudo visou entender as dinâmicas de produção e consumos de pescado, bem como as percepções dos pescadores profissionais de pequena escala sobre as características comportamentais das espécies de peixes alvo em colônias pesqueiras situadas nos municípios de Araguatins, Esperantina e Xambioá no estado do Tocantins. Tal objetivo foi alcançado por meio da realização e sistematização de grupos focais e entrevistas semi-estruturadas com os pescadores e pescadoras associados às Colônias de Pescadores da região durante a época de piracema de 2024. As metodologias aplicadas indicaram uma variedade considerável de espécies nas três comunidades abordadas, Araguatins, Xambioá e Esperantina, assim como conhecimento sobre os hábitos e ambientes das mesmas, os quais apresentaram semelhanças e divergências entre as comunidades o que indica a importância de estudos que considerem as particularidades de cada local para o embasamento de decisões de gestão e de políticas públicas com o objetivo de diminuir padronizações inexatas das vivências dessas comunidades.

Palavras-chave: Conhecimento tradicional; Pesca profissional; Subsistência alimentar.

ABSTRACT

Fishing developed alongside human societies associated with aquatic environments and continues to play an important role in food availability for many communities. In Amazonian communities, this activity provides high-quality animal protein through a variety of fish species in local and regional markets. It also represents a cultural and traditional activity, with family ties that involve the passing down of customs, work methods, and consumption patterns. In this context, this study aimed to understand the dynamics of fish production and consumption, as well as the perceptions of small-scale professional fishermen regarding the behavioral characteristics of target fish species in fishing colonies located on the cities of Araguatins, Esperantina and Xambioá, in the state of Tocantins. This objective was achieved through the implementation and systematization of focus groups and semi-structured interviews with fishermen and fisherwomen associated with the region's Fishing Colonies during the 2024 piracema season. The applied methodologies indicated a considerable variety of species in the three communities studied, Araguatins, Xambioá, and Esperantina, as well as knowledge about their habits and environments, which presented similarities and differences between the communities, indicating the importance of studies that consider the particularities of each location to support management decisions and public policies with the aim of reducing inaccurate standardizations of the experiences of these communities.

Key-words: Traditional knowledge; Professional fishing; Food subsistence.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Mapa de localização dos municípios de abrangência do estudo na microrregião do Bico do Papagaio, estado do Tocantins.	21
Figura 2 - Gráfico de frequência de participantes por gênero nas entrevistas da comunidade pescadora por município.	29
Figura 3 - Gráfico com a média das idades e do tempo de pesca dos participantes por município.	30
Figura 4 - Atividades econômicas dos pescadores e pescadoras entrevistados por município.	31
Figura 5 – Distribuição da ocorrência de desova por mês, de acordo com os pescadores entrevistados em Xambioá.	43
Figura 6 - Distribuição da ocorrência de desova por mês de acordo com os pescadores de entrevistados em Araguatins.	44
Figura 7 - Distribuição da ocorrência de desova por mês de acordo com os pescadores entrevistados em Esperantina.	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados geofísicos e sociais dos municípios de estudo.	21
Tabela 2 - Destino preferencial das espécies citadas pelos pescadores.....	34
Tabela 3 - Relatos de hábitos alimentares das espécies.....	38
Tabela 4 - Relatos de locais de desova das espécies.	40
Tabela 5 - Relatos dos ambientes de captura nas comunidades de estudo.	47
Tabela 6 – Período de captura das espécies de peixes ao longo do ano em Xambioá. ..	49
Tabela 7 - Período de captura das espécies de peixes ao longo do ano em Araguatins. 50	
Tabela 8 - Período de captura das espécies de peixes ao longo do ano em Esperantina.52	
Tabela 9 - Petrechos para captura de espécies alvo utilizadas pelos pescadores entrevistados por município.	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	6
1.1.1 Hipótese	7
1.1.2 Delimitação de Escopo	7
1.1.3 Justificativa	7
1.2 OBJETIVOS	7
3 ESTADO DA ARTE	9
3.1 COMUNIDADES DE PESCADORES TRADICIONAIS.....	9
3.2 PESCADORES E PESCA CONTINENTAL ARTESANAL	
PROFISSIONAL.....	12
3.2.2 Esforço de pesca e Captura por unidade de esforço.....	16
3.3 ETNOCONHECIMENTO RURAL TRADICIONAL	17
4 METODOLOGIA.....	20
4.1 COMUNIDADES DE ESTUDO	20
4.1.1 Araguatins	21
4.1.2 Esperantina	23
4.1.3 Xambioá.....	24
4.2 REUNIÃO PRÉVIA COM AS COMUNIDADES	25
4.3 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	26
4.4 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES	28
5.2 ESPÉCIES IDENTIFICADAS NAS REUNIÕES PRÉVIAS.....	31
5.2.1 Destinação das espécies	33
5.3 RELATOS DE OBSERVAÇÃO DE HÁBITOS	35
5.3.1 Hábitos Alimentares.....	36

5.3.2	Ambiente de desova	39
5.3.3	Época de desova	41
5.4	RELATOS DE PADRÃO DE CAPTURA	45
5.4.1	Ambiente de Captura	45
5.4.2	Época de Captura	48
5.4.3	Técnicas de Captura	52
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICES	67

1 INTRODUÇÃO

A pesca, enquanto uma atividade produtiva extrativista, se configura como uma prática histórica, presente em diversas comunidades ao redor do mundo. Associada ao consumo de proteína desde os primeiros assentamentos humanos, a pesca não apenas garante a subsistência das populações, mas também fortalece as relações com o meio ambiente, o qual é fonte tanto de alimento quanto de identidade (Da Silva, 2009). As comunidades humanas, ao se fixarem ao redor de corpos d'água, como rios e lagos, desenvolveram uma relação íntima com esses ambientes. Isso reflete não apenas uma adaptação às condições naturais, mas também uma observação atenta dos ciclos e das mudanças sazonais dos ecossistemas aquáticos, que moldam os hábitos e as técnicas de pesca. Na pesca artesanal essa relação dinâmica com o ambiente, se mantém como parte integrante das culturas de inúmeras regiões (Águion et al., 2025).

A pesca, juntamente com a aquicultura, continua a sustentar, diretamente ou indiretamente, cerca de 5% da população mundial, enquanto o pescado corresponde a aproximadamente 7% do consumo de proteína global, sendo responsável por sustentar economias e culturas, especialmente em países costeiros e insulares, onde a porcentagem pode atingir até 70% (FAO, 2014). Tais dados demonstram o impacto significativo da pesca na segurança alimentar global, além de evidenciar a importância dessa atividade para as economias locais e regionais.

Com o advento da urbanização e a intensificação das relações econômicas capitalistas, o caráter da pesca mudou. Se anteriormente a atividade era predominantemente voltada para o consumo doméstico e para a subsistência, a partir da transição para uma economia mais orientada ao mercado, a pesca começou a se voltar para a geração de renda, com a troca ou venda do pescado se tornando um objetivo primário. Ramalho (2008) discute como essa mudança ocorreu no período colonial brasileiro, quando a troca ou venda do pescado deixou de ser uma prática secundária para se tornar a principal motivação da atividade pesqueira, à medida que a produção visava atender a mercados maiores, e não apenas ao consumo familiar. Esse fenômeno reflete a transição de uma economia de subsistência para uma economia de mercado, em que o pescado não se limita mais a ser uma fonte de alimento, mas também se transforma em um bem comercializado.

Por outro lado, a pesca continental, sendo diretamente influenciada pelos ritmos e variações sazonais dos rios e lagos naturais, mantém uma relação profunda com os ciclos da natureza. A cheia e a vazante dos rios, o comportamento das espécies e os períodos de

desova determinam as práticas pesqueiras, que são ajustadas a essas variações naturais. Hallwass et al. (2013) e Silva e Braga (2017) destacam que as técnicas pesqueiras tradicionais estão intimamente ligadas a esses fenômenos naturais e a uma compreensão de longo prazo sobre os ecossistemas aquáticos, com os pescadores adaptando suas práticas conforme o pulso do rio e o comportamento das espécies.

A relevância dessa atividade para as comunidades pesqueiras não se limita ao aspecto econômico, mas está também intimamente ligada ao seu papel cultural e nutricional. A pesca oferece alimentos de alta qualidade, com uma diversidade de espécies que atendem às necessidades alimentares das comunidades, sendo um recurso vital para a segurança alimentar (De Almeida, 2018). Contudo, surgem questionamentos sobre como essa produção é consumida, tanto pelos próprios pescadores e suas famílias, quanto pela comunidade em geral. Quais espécies são mais consumidas? Como o pescado contribui para a dieta local e qual a sua importância nutricional? Begossi (1993), ao discutir a "Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente", sugere que as áreas de estudo da ecologia cultural, etnobiologia e sociobiologia são cruciais para compreender essas relações complexas. Essas disciplinas, ao analisarem os sistemas de subsistência e a transmissão cultural, fornecem uma base sólida para entender as interações entre as comunidades pesqueiras e o ambiente natural, revelando as práticas de manejo sustentável que, muitas vezes, são baseadas no conhecimento tradicional acumulado ao longo de gerações.

No caso dos pescadores e pescadoras artesanais do estado do Tocantins, a interação entre os conhecimentos tradicionais e o conhecimento científico oferece uma perspectiva enriquecedora sobre as práticas pesqueiras e o impacto dessas atividades no meio ambiente. A participação ativa dos pescadores nas discussões e no processo de compreensão das dinâmicas locais de pesca é essencial para um entendimento mais profundo das interações socioecológicas na região. Silva et al. (2024) defendem que a inclusão dos pescadores como agentes ativos no processo de pesquisa é fundamental, pois seus conhecimentos empíricos proporcionam respostas essenciais sobre as práticas de pesca e os recursos naturais da região.

O foco na contribuição dos peixes para os hábitos alimentares dos pescadores, bem como o entendimento de como essas comunidades interagem com os ecossistemas aquáticos, permite não apenas o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, mas também a promoção de estratégias de manejo mais sustentáveis, que consideram a preservação dos recursos pesqueiros e a continuidade das práticas tradicionais de pesca. Além disso, a

pesquisa sobre o etnoconhecimento, entendido como o saber prático dos pescadores, oferece uma ferramenta importante para direcionar futuras investigações científicas. Quirino (2015) destaca que o etnoconhecimento, quando devidamente reconhecido e valorizado, pode ser utilizado como um caminho para o sucesso das atividades de pesquisa e gestão, uma vez que ele reflete a experiência prática acumulada ao longo do tempo.

Ao integrar esse conhecimento tradicional com as abordagens científicas, é possível desenvolver estratégias de gestão pesqueira que sejam não apenas eficazes, mas também alinhadas com as realidades e as necessidades das comunidades pesqueiras. Dessa forma, é possível garantir a sustentabilidade das atividades pesqueiras, ao mesmo tempo em que se preservam os recursos naturais e se fortalece a identidade e a cultura local. Compreender o comportamento de consumo de pescado entre pescadores artesanais envolve não apenas identificar quais espécies são capturadas, mas também entender as preferências alimentares, os critérios de comercialização e as relações culturais estabelecidas com a ictiofauna local.

1.1 Problema de pesquisa

A pesca artesanal de cunho profissional é, em sua natureza, uma atividade familiar, desde sua organização até o modo de comercialização do produto final, e tal característica traz para o profissional da pesca algo além de uma atividade comercial, ela se torna parte de sua personalidade, o título “pescador” está atrelado ao seu modo de vida, sua relação com o meio e sua identificação como cidadão dentro da sociedade na qual está inserida.

Nos espaços da pesca continental na região central do Brasil essa relação é ainda mais forte, trazendo consigo características culturais específicas que estão relacionadas com alto nível de isolamento da boa parte das colônias produtivas de centros urbanos, mesmo que estejam associadas a municipalidades, as mesmas tendem a ser pequenas, fazendo assim que o sucesso de suas atividades dependa do entendimento e manutenção dos costumes geracionais, uma vez que recursos externos para a produção são de acesso difícil e demorado.

Nesse contexto a compreensão do nível de entendimento e modo de relação dos pescadores com seu meio e as espécies alvo de pescado é importante no contexto de identificação de fragilidades e demandas específicas das comunidades, saber o como e porque eles têm espécies preferenciais para venda e consumo, assim como o nível de seu

conhecimento do comportamento e interação de tais espécies pode ajudar na identificação de fragilidades e potencialidades dessas comunidades.

1.1.1 Hipótese

Dentro do contexto da pesquisa, supõe-se que: (1) as espécies consumidas pela família dos pescadores sejam aquelas de menor valor de comercialização; (2) há sobreposição de espécies de comercialização e consumo relacionado a especialização do esforço de pesca, com o valor de venda determinando as espécies consumidas; e (3) supõem-se que o sucesso e manutenção da pesca reflete o conhecimento dos pescadores sobre as características das espécies, uma vez a observação do local está conectada com o sucesso das capturas, e sua “ancestralidade” com a atividade.

1.1.2 Delimitação de Escopo

Para buscar o entendimento do tema o presente estudo trabalhou com pescadores artesanais, vinculados as colônias de pesca nos municípios de Araguatins, Xambioá e Esperantina no estado do Tocantins durante a época de defeso da temporada de 2024/2025, entre os meses de novembro a fevereiro.

1.1.3 Justificativa

A análise dessa problemática e entendimento das dinâmicas pesqueiras da região, podem se apresentar como uma importante ferramenta de planejamento de políticas de fomento para atividade assim como um mecanismo de empoderamento das comunidades, que ao terem apropriação das informações de suas próprias atividades em linguagem científica, podem buscar seus direitos de maneira mais concisa e fundamentada, buscando também valorizar sua atividade assim como o conhecimento tradicional dos pescadores.

1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho teve como objetivo compreender as relações de produção e consumo de pescado a partir do etnoconhecimento dos pescadores/pescadoras artesanais na região de confluência dos rios Tocantins e Araguaia. Para tal ele visou identificar as espécies alvo dos pescadores/pescadoras na região do bico do papagaio, assim como caracterizar as espécies alvos a partir da percepção dos pescadores/pescadoras e entender os fatores que

determinam as preferências de consumo de pescado por parte dos pescadores/pescadoras artesanais.

3 ESTADO DA ARTE

3.1 Comunidades de Pescadores Tradicionais

As comunidades tradicionais brasileiras, com destaque para aquelas situadas na região amazônica, representam segmentos socioculturais profundamente enraizados nas dinâmicas históricas e ambientais do país. Essas comunidades são guardiãs de um patrimônio cultural e natural valioso, cuja preservação exige resistência, organização coletiva e perseverança na manutenção de seus costumes, mesmo diante das constantes pressões externas, como o avanço das fronteiras agrícolas, a exploração de recursos naturais e a urbanização crescente (Arruda et al., 2023). Essa luta incessante para garantir seus direitos territoriais e culturais é testemunho de sua resiliência, sendo também fundamental para a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade da Amazônia.

O histórico dessas comunidades remonta a períodos ancestrais, marcados por práticas sustentáveis e harmoniosas de uso dos recursos naturais. Estas práticas, cuidadosamente adaptadas às condições ecológicas locais, refletem um profundo entendimento das dinâmicas ambientais. Diferentemente da visão predominantemente utilitarista das sociedades urbanas, as comunidades tradicionais não se percebem como meras usuárias do ambiente em que vivem. Elas se consideram parte integrante de um sistema maior, interconectado e interdependente, o que as leva a adotar uma relação de respeito e reciprocidade com a natureza (Lira; Chaves, 2016). Essa perspectiva é refletida em suas práticas cotidianas, que vão desde o manejo sustentável da terra e dos rios até as celebrações culturais que reforçam a conexão espiritual com o território.

A compreensão holística do ambiente, que integra aspectos sociais, culturais e ecológicos, permeia as práticas cotidianas das comunidades tradicionais, traduzindo-se em estratégias adaptativas de manejo territorial e conservação. Esse entendimento abrangente foi amplamente discutido por Andrade et al. (2022) em seu estudo realizado na comunidade quilombola Mocambo. A pesquisa destacou que a percepção ambiental dessas comunidades está fundamentada em conhecimentos transmitidos oralmente ao longo de gerações, constituindo um rico patrimônio cultural e científico. Tal conhecimento oferece não apenas uma visão singular sobre o uso sustentável dos recursos naturais, mas também soluções inovadoras e práticas para enfrentar os desafios contemporâneos de conservação e desenvolvimento sustentável.

Essa interação harmoniosa com o ambiente é pautada pelo respeito à diversidade biológica e cultural, sendo central para a resiliência ecológica e social dessas comunidades. Os saberes locais moldam práticas como a roça de toco, o manejo sustentável de recursos hídricos e a preservação de áreas de floresta nativa, demonstrando um equilíbrio dinâmico entre as necessidades humanas e os limites naturais dos ecossistemas. No entanto, quando essa harmonia é quebrada, as consequências afetam profundamente os aspectos ecológicos, sociais e culturais, como evidenciado por Silva (2019) em seu estudo na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós. O autor mostrou que a introdução de atividades econômicas predatórias, como o desmatamento e a exploração madeireira descontrolada, desestabilizou as práticas tradicionais, resultando em perda de biodiversidade, empobrecimento dos recursos naturais e enfraquecimento das dinâmicas sociais.

Além disso, o estudo de Andrade et al. (2022) aponta que os conhecimentos tradicionais, muitas vezes subestimados ou marginalizados nos processos de formulação de políticas públicas, têm um potencial significativo para contribuir com estratégias de conservação integradas. Por exemplo, práticas como a agrofloresta e a pesca artesanal demonstram como o saber tradicional pode ser aplicado em iniciativas sustentáveis, beneficiando tanto o meio ambiente quanto as comunidades que dele dependem. Essa abordagem colaborativa é vital para criar soluções que combinem a ciência moderna com o saber local, garantindo a preservação dos ecossistemas e o fortalecimento das culturas tradicionais.

Dentro desse contexto, a importância das comunidades tradicionais amazônicas transcende os aspectos culturais e ambientais, estendendo-se à própria sustentabilidade da região. Suas práticas de manejo territorial não apenas garantem a preservação de áreas de conservação ecológica, mas também asseguram a manutenção da qualidade ambiental e dos serviços ecossistêmicos essenciais para a vida na Amazônia. Essas práticas, baseadas em um profundo entendimento das dinâmicas naturais e sociais, têm sido fundamentais para mitigar os impactos das atividades predatórias e promover o equilíbrio ambiental. No entanto, essas estratégias vêm sendo progressivamente ameaçadas por diversas pressões externas, como o desmatamento, a expansão agropecuária e a mineração, que representam riscos iminentes à integridade dessas comunidades e de seus territórios (Miranda et al., 2020).

Além disso, a luta pela apropriação e pelo acesso à terra vai além de uma questão de subsistência. Para as comunidades tradicionais amazônicas, o território é compreendido em uma perspectiva holística que abarca elementos espirituais, culturais, sociais e ambientais,

sendo essencial para a continuidade de seus modos de vida. Esse entendimento, frequentemente negligenciado em políticas públicas e marcos legais, reforça a necessidade de um reconhecimento efetivo dos direitos territoriais dessas populações. Conforme destaca Guedes (2016), essa luta pelo território também é uma forma de resistência, fundamental para a preservação da qualidade de vida, dos saberes ancestrais e dos conhecimentos que compõem uma parte relevante e intrínseca da sociedade brasileira. Nesse sentido, a garantia dos direitos territoriais não beneficia apenas as comunidades envolvidas, mas também desempenha um papel vital na sustentabilidade regional e global, uma vez que protege recursos e serviços ambientais de importância planetária.

No entanto, as comunidades tradicionais enfrentam desafios significativos em meio à contemporaneidade. A expansão de atividades econômicas predatórias, como o desmatamento, a mineração e a agropecuária intensiva, ameaça diretamente seus territórios e modos de vida, Silva, Nascimento e Sá (2023) demonstraram isso ao interconectar as atividades de pressão social e ambiental em complexos portuários paraenses, demonstrando como a busca pelo acúmulo do capital por meio da exploração ambiental desequilibra núcleos socioambientais já previamente estabelecidos por gerações. Além disso, a falta de reconhecimento e proteção legal de seus direitos territoriais e culturais contribui para a vulnerabilidade dessas comunidades frente às pressões externas, estudos como os de Trevizan e Leão (2014) e de Gomes, Brandão e Madeira (2020) demonstram as injustiças políticas que essas comunidades passam e a dificuldade de acesso aos seus direitos, a qual é potencializada quando combinada com recortes de gênero e raça.

A situação atual das comunidades tradicionais amazônicas é marcada por um embate constante entre a preservação de suas identidades, modos de vida e territórios, e os interesses econômicos e políticos voltados à exploração intensiva dos recursos naturais da região (Miranda et al., 2020). Esse confronto, amplamente impulsionado por práticas de desenvolvimento que negligenciam as especificidades culturais e ecológicas, reflete a ausência de uma abordagem equilibrada que promova a sustentabilidade e o respeito pelos direitos dessas populações.

Nesse contexto, torna-se essencial a implementação de políticas públicas eficazes que reconheçam e protejam os territórios dessas comunidades. Medidas como a demarcação de terras, conforme preconizado por Ertzogue (2017), e a adoção de mecanismos justos de compensação nos casos de desapropriação são instrumentos cruciais para assegurar a manutenção dos modos de vida tradicionais. Essas iniciativas devem estar alinhadas ao

fortalecimento das práticas tradicionais de manejo ambiental, as quais são intrinsecamente sustentáveis e contribuem diretamente para a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos da Amazônia. Além disso, é imperativo combater o uso indiscriminado dos conhecimentos tradicionais dessas comunidades, muitas vezes apropriados para benefício de setores capitalistas sem o devido reconhecimento ou compensação, como destaca Wedig (2021).

Adicionalmente, o entendimento e a valorização do conhecimento intrínseco e geracional dessas comunidades podem construir para a construção de uma relação mais equilibrada e inclusiva com o meio ambiente. Incorporar essas práticas e perspectivas às estratégias contemporâneas de conservação e desenvolvimento sustentável pode beneficiar não apenas as comunidades amazônicas, mas também toda a sociedade. Trata-se de um caminho que nos permite aprender com a sabedoria acumulada ao longo de séculos, adaptando nossa interação com a natureza de forma a garantir sua preservação para as gerações futuras, enquanto respeitamos e dignificamos aqueles que historicamente têm sido seus guardiões.

3.2 Pescadores e Pesca Continental Artesanal Profissional

A pesca continental artesanal profissional constitui uma atividade tradicional amplamente distribuída em diferentes regiões do mundo, desempenhando papel relevante na segurança alimentar, na geração de renda e na manutenção de práticas culturais associadas aos recursos aquáticos. Segundo a *Food and Agriculture Organization* (FAO, 2022), a pesca artesanal representa uma parcela significativa da produção pesqueira global e envolve milhões de pessoas que dependem diretamente dessa atividade para sua subsistência e sustento familiar.

No Brasil, a atividade pesqueira é regulamentada pela Lei nº 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Essa lei constitui o principal marco regulatório do setor, unificando as diretrizes para o ordenamento, o fomento e a fiscalização das atividades pesqueiras em âmbito nacional (BRASIL, 2009). Entre seus princípios fundamentais, destaca-se o reconhecimento da especificidade da pesca artesanal: o ordenamento pesqueiro deve considerar as “peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando garantir sua permanência e sua continuidade” (BRASIL, 2009, Art. 3º, § 1º).

Em seu Art. 8º, a Lei nº 11.959/2009 classifica a atividade pesqueira conforme os fins a que se destina, define as modalidades de pesca e estabelece diretrizes para a gestão sustentável dos recursos pesqueiros. Para fins do presente estudo, destacam-se quatro modalidades: (i) a pesca comercial artesanal, praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; (ii) a pesca industrial, praticada por pessoa física ou jurídica com pescadores profissionais empregados e embarcações de qualquer porte, com finalidade comercial; (iii) a pesca amadora, praticada por brasileiro ou estrangeiro tendo por finalidade o lazer ou o desporto; e (iv) a pesca de subsistência, praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro (BRASIL, 2009). A distinção entre essas categorias é relevante para a gestão pesqueira, pois implica regimes diferenciados de licenciamento, acesso aos recursos e direitos previdenciários. A pesca artesanal caracteriza-se, portanto, pelo uso de técnicas tradicionais, pela forte dependência do conhecimento empírico sobre os ambientes aquáticos e pela importância socioeconômica para as comunidades ribeirinhas e costeiras.

Os pescadores artesanais representam um segmento significativo das comunidades tradicionais na região amazônica, desempenhando um papel crucial tanto no contexto socioeconômico quanto na conservação ambiental. Historicamente, essas comunidades têm suas raízes na relação simbiótica entre os habitantes locais e os rios da região, que oferecem não apenas sustento, mas também uma conexão cultural e espiritual. Em termos de perfil socioeconômico, os pescadores artesanais geralmente pertencem a grupos étnicos tradicionais, como ribeirinhos, quilombolas e indígenas, cujas atividades estão profundamente enraizadas no uso dos recursos naturais aquáticos. Esses saberes e práticas são transmitidos por meio da oralidade e da prática diária, criando um vínculo intergeracional de aprendizado que fortalece a identidade cultural e a coesão comunitária (Garcia et al., 2007).

Além de seu papel cultural, os pescadores artesanais desempenham uma função essencial na dinâmica econômica local. Suas atividades contribuem para a subsistência das famílias e impulsionam economias regionais, especialmente em áreas onde a pesca artesanal é a principal fonte de renda. Contudo, sua importância vai além do aspecto econômico, estendendo-se ao fortalecimento das redes sociais e à garantia da segurança alimentar em comunidades vulneráveis. A pesca artesanal não é apenas um meio de sobrevivência, mas

também um elemento que sustenta a autonomia local, permitindo que essas comunidades mantenham suas práticas e modos de vida frente às pressões externas.

No que se refere à relevância ambiental, os pescadores artesanais exercem uma influência significativa na conservação da biodiversidade e na promoção do uso sustentável dos recursos naturais. Seu profundo conhecimento sobre os ecossistemas aquáticos amazônicos, acumulado ao longo de gerações, permite uma interação consciente e adaptativa com o meio ambiente. Esse conhecimento tradicional tem sido utilizado, de forma implícita, como ferramenta para o monitoramento e a preservação das populações de peixes e outros organismos aquáticos, contribuindo para a manutenção do equilíbrio ecológico e da funcionalidade dos habitats aquáticos (Daaddy et al., 2016).

A pesca artesanal, quando praticada de forma sustentável, constitui um modelo exemplar de uso responsável dos recursos naturais. Suas práticas, geralmente seletivas e sazonais, respeitam os ciclos de reprodução das espécies, contribuindo para a regeneração dos estoques pesqueiros e para a saúde geral dos ecossistemas. Estudos, como os realizados por Acuan et al. (2018), demonstram que essas práticas estão alinhadas aos princípios da conservação ambiental, sendo fundamentais para a preservação das espécies de importância ecológica e econômica.

Adicionalmente, os pescadores artesanais atuam de forma geracional como guardiões dos recursos hídricos e das áreas de pesca, defendendo a integridade dos ambientes aquáticos frente às ameaças impostas por atividades predatórias (Garcia et al., 2007). Eles frequentemente utilizam técnicas que minimizam impactos ambientais, como o uso de redes adequadas ao tamanho das espécies-alvo e a adoção de períodos de defeso, que permitem o pleno desenvolvimento dos ciclos reprodutivos das populações de peixes. Assim, sua atuação é uma barreira natural contra a sobre-exploração dos recursos e uma força promotora de sustentabilidade

No entanto, apesar de sua importância estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, os pescadores artesanais enfrentam desafios significativos. As pressões externas, como o avanço de empreendimentos industriais (Santana et al., 2014), a poluição das águas e a falta de reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais, ameaçam diretamente suas atividades e modos de vida. Esses desafios são agravados pela ausência de políticas públicas robustas e inclusivas que promovam a valorização de sua contribuição socioambiental. Nesse sentido, torna-se fundamental investir em iniciativas que fortaleçam

as comunidades de pescadores artesanais, garantindo-lhes acesso a tecnologias apropriadas, infraestrutura básica e reconhecimento formal de seus territórios de pesca.

Além disso, a integração dos saberes tradicionais ao planejamento de políticas de conservação e manejo sustentável dos recursos aquáticos deve ser priorizada (Guedes, 2016). Incorporar o conhecimento empírico dos pescadores artesanais em programas de gestão compartilhada pode gerar soluções mais eficazes e contextualizadas para os problemas enfrentados pela Amazônia, como o declínio da biodiversidade e as mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, essa abordagem respeita e preserva a cultura e os modos de vida dessas comunidades, promovendo justiça social e ambiental.

Adicionalmente, a atividade pesqueira desempenha um papel fundamental na preservação da cultura e identidade das comunidades tradicionais amazônicas. Mais do que uma prática econômica, a pesca artesanal representa um elo essencial entre as gerações, permitindo a transmissão de conhecimentos e técnicas que acumulam sabedoria ancestral e práticas adaptativas. Esses saberes são repassados não apenas por meio da oralidade, mas também pela vivência cotidiana, em um processo que fortalece os laços comunitários e assegura a continuidade de tradições culturais profundamente conectadas aos rios, lagos e ecossistemas aquáticos da região. Assim, a prática pesqueira reforça a conexão espiritual das populações ribeirinhas e indígenas com o ambiente, funcionando como uma forma de celebração e respeito à natureza (Daaddy, 2016).

Outro aspecto relevante é a forma como a pesca artesanal conecta a economia local à sustentabilidade ambiental. Essa atuação contribui não apenas para a segurança alimentar das comunidades, mas também para a valorização de práticas tradicionais em um contexto econômico que frequentemente privilegia a produção em larga escala em detrimento das práticas artesanais. Ao integrar elementos culturais, sociais e econômicos, a pesca artesanal desempenha um papel unificador, reafirmando a importância da interdependência entre os membros da comunidade e o ambiente que os sustenta (Pontes, 2022).

Além disso, a pesca artesanal, enquanto prática coletiva, possui um papel central na socialização das comunidades tradicionais desde a infância. As relações interpessoais estabelecidas durante o preparo das campanhas de pesca, no compartilhamento das capturas e na comercialização do pescado reforçam os vínculos de solidariedade e cooperação entre os moradores (Cardoso e Souza, 2011). Esse aspecto social é uma das características mais marcantes da pesca artesanal, que vai além do aspecto produtivo e assume uma dimensão

simbólica e cultural. A pesca não é apenas um meio de subsistência, mas também uma atividade que consolida a identidade das comunidades e fortalece a sua coesão social.

Por fim, reconhecer a pesca artesanal como uma prática inclusiva, sustentável e culturalmente significativa é essencial para promover a valorização dessas comunidades no cenário nacional e internacional. Esse reconhecimento deve estar associado a políticas públicas que apoiem a organização das colônias, a ampliação do acesso a mercados justos assim como a proteção dos territórios aquáticos frente às ameaças de degradação ambiental, para além da visão produtivista que é mais comum historicamente (Hellebrandt et al., 2012). Nesse sentido, compreender a pesca artesanal como uma atividade coletiva e interligada a todos os aspectos da vida comunitária é um passo fundamental para assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades tradicionais amazônicas.

3.2.2 Esforço de pesca e Captura por unidade de esforço

O esforço de pesca é um conceito central na gestão de recursos pesqueiros, definido como a quantidade de trabalho ou capacidade de captura empregada por uma pescaria em determinado intervalo de tempo e espaço (FAO, 2003; Petrere Junior., 1978). Na pesca artesanal, as unidades de esforço mais utilizadas incluem: número de horas de pesca por pescador, lances de rede, metros ou quilômetros de malha embarcados, número de anzóis por dia, entre outros, variando conforme o petrecho empregado e o ambiente de pesca. A relação entre a produção obtida e o esforço despendido é expressa pela Captura por unidade de esforço (CPUE), indicador amplamente utilizado como marcador de abundância relativa dos estoques pesqueiros e para monitoramento da sustentabilidade das pescarias ao longo do tempo (Doria et al., 2012; Isaac et al., 2011).

Na pesca artesanal continental em rios tropicais, o esforço de pesca é especialmente dinâmico porque os pescadores adaptam continuamente suas estratégias às variações do pulso hidrológico, período de cheia, vazante, seca e enchente, redirecionando o esforço para diferentes espécies, ambientes e petrechos conforme a disponibilidade dos recursos (Barthem; Fabré, 2004; Welcomme, 1979). Essa flexibilidade adaptativa é, em si, uma expressão do etnoconhecimento: o pescador artesanal decide quando, onde e como pescar com base em um acervo de conhecimentos sobre o comportamento das espécies, a sazonalidade do rio e as condições climáticas locais (Silvano; Valbo-Jorgensen, 2008;

Marques, 1991). Nesse sentido, o esforço de pesca nas comunidades tradicionais não é uma variável meramente técnica, mas carrega dimensão cultural e identitária.

Entre comunidades com perfis produtivos distintos, o esforço de pesca tende a variar substancialmente em intensidade, sazonalidade e espécies-alvo. Pescadores com orientação comercial, como os de comunidades inseridas em dinâmicas de mercado local e regional, concentram o esforço nas espécies de maior valor econômico e nos períodos de maior demanda. Já pescadores com foco na subsistência familiar direcionam o esforço prioritariamente para espécies de consumo cotidiano, com menor variação sazonal na intensidade da captura.

3.3 Etnoconhecimento Rural Tradicional

O etnoconhecimento é um conceito que se refere ao conjunto de saberes, práticas e técnicas desenvolvidos e transmitidos dentro de uma determinada comunidade ou grupo étnico, refletindo suas experiências, percepções e interações com o ambiente natural e sociocultural (Longo; Vinholi Junior, 2022). Esses conhecimentos, acumulados ao longo de gerações, são fundamentais para a adaptação, resiliência e sobrevivência das comunidades em seus respectivos contextos, especialmente em regiões com ecossistemas complexos e desafiadores como a Amazônia.

Nas comunidades amazônicas, o etnoconhecimento desempenha um papel central na organização social, econômica e cultural, sendo intrinsecamente ligado aos modos de vida tradicionais e à relação harmoniosa com o ambiente natural (Lopes, 2020; Reis, 2021). Essa conexão reflete um profundo entendimento dos ciclos naturais, das dinâmicas ecológicas e das interdependências entre os seres humanos e a natureza, conhecimentos que têm sido amplamente documentados em diversos campos do saber, como a percepção climática (Figueiredo et al., 2019), a meteorologia (Andrade et al., 2022), a botânica (Camargo; Souza; Costa, 2014) e as práticas de manejo agrícola (Lima et al., 2013).

A riqueza de saberes ancestrais presentes nas comunidades amazônicas inclui um vasto repertório sobre plantas medicinais, técnicas de pesca e agricultura, manejo florestal, meteorologia local, entre outros aspectos. Por exemplo, o conhecimento sobre plantas medicinais é especialmente relevante, considerando o potencial farmacológico da biodiversidade amazônica e a dependência direta das comunidades dos recursos naturais para cuidados de saúde. Segundo Camargo, Souza e Costa (2014), os habitantes dessas comunidades utilizam técnicas sofisticadas e baseadas na observação empírica para

identificar, preparar e administrar tratamentos com base em plantas locais, conhecimento que muitas vezes supera as práticas científicas convencionais em eficácia para condições específicas.

Outro exemplo relevante do etnoconhecimento está relacionado à agricultura e ao manejo florestal. As práticas agrícolas tradicionais, como o cultivo em roças de toco e o sistema agroflorestal, são adaptadas aos solos amazônicos e aos ciclos de cheias e secas que caracterizam a região. Essas técnicas não apenas garantem a segurança alimentar das comunidades, mas também contribuem para a conservação ambiental, promovendo a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ecológico (Lima et al., 2013).

Além disso, a meteorologia tradicional, com base em observações de fenômenos naturais como o comportamento dos animais, a direção dos ventos e as mudanças na vegetação, permite que as comunidades amazônicas antecipem alterações climáticas e ajustem suas atividades de acordo com as condições ambientais. Andrade et al. (2022) destacam que esses conhecimentos meteorológicos, frequentemente desconsiderados pela ciência ocidental, oferecem contribuições valiosas para a gestão de riscos climáticos e para o planejamento sustentável das atividades econômicas e de subsistência.

No entanto, apesar de sua importância, o etnoconhecimento das comunidades amazônicas enfrenta diversas ameaças, incluindo o avanço da exploração predatória dos recursos naturais, a expansão da fronteira agrícola e a crescente urbanização. Essas pressões não apenas comprometem os ecossistemas que sustentam esses saberes, mas também desestruturam as dinâmicas sociais e culturais que garantem sua transmissão intergeracional. A apropriação indevida e a exploração comercial do conhecimento tradicional por setores externos, sem o devido reconhecimento e compensação, também representam desafios significativos para a proteção desse patrimônio imaterial (Figueiredo et al., 2019).

Ademais, integrar o etnoconhecimento às iniciativas científicas e tecnológicas pode abrir novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável. Essa integração, quando feita de maneira ética e respeitosa, pode gerar soluções inovadoras para desafios contemporâneos, combinando a sabedoria ancestral com os avanços da ciência moderna. Reconhecer o valor do etnoconhecimento e promover sua interação com outras formas de saber é um passo importante para construir um futuro mais inclusivo e sustentável para diversas comunidades tradicionais e modernas (Sousa, 2023).

A ocorrência do etnoconhecimento nas comunidades amazônicas reflete não apenas uma forma de adaptação às condições ambientais específicas da região, mas também uma

relação particular com o meio, que reconhece a interconexão entre todos os elementos do ambiente, sejam eles humanos, animais, vegetais ou espirituais. Essa visão holística do mundo orienta as práticas cotidianas das comunidades e influencia suas relações com o meio ambiente e entre si, sendo passada muitas vezes pela oralidade e em outras em manifestações culturais (Souto; Souza; Souto, 2016). Essa forma de transmissão valoriza a participação ativa dos membros da comunidade no processo de aprendizagem e fortalece os laços de solidariedade e identidade cultural.

Em um contexto mais amplo, o etnoconhecimento das comunidades amazônicas não apenas contribui para sua própria sustentabilidade e resiliência, mas também oferece visões valiosas para a conservação e gestão dos recursos naturais da Amazônia (Lima, 2001). Reconhecer e valorizar esses conhecimentos tradicionais é fundamental para promover uma abordagem mais integrada e inclusiva no desenvolvimento de políticas e práticas de conservação ambiental na região. Uma das comunidades que faz uso desse tipo de conhecimento e de sua disseminação informal e baseada na prática são os pescadores artesanais.

4 METODOLOGIA

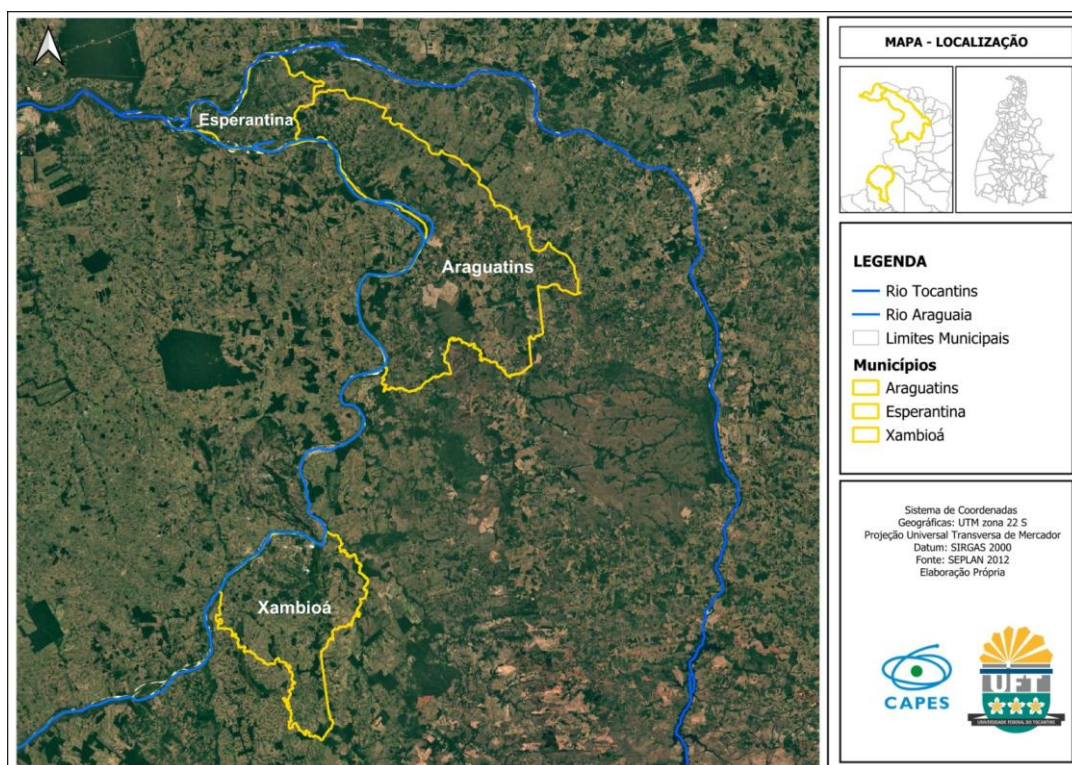
No contexto de que a pesca há diversas discussões sobre seus padrões e comportamento. Partindo desse pressuposto, uma pesquisa que visa descrever e entender um comportamento específico da atividade melhor se molda nas linhas do método dedutivo, que Diniz (2008) descreve como um método que baseia seus caminhos por meio de verdades já previamente conhecidas. Seguindo essa linha, para um melhor entendimento da problemática e suas ramificações essa pesquisa é de natureza aplicada, qualitativa e explicativa.

Para alcançar os objetivos propostos foram realizadas reuniões prévias, entrevistas estruturadas e grupos focais com comunidades de pescadores das colônias nos municípios de Araguatins, Esperantina e Xambioá.

4.1 Comunidades de estudo

O público foco do estudo foram pescadores artesanais de três municípios do estado do Tocantins, os quais ficam na microrregião do Bico do Papagaio, sendo eles Xambioá, Araguatins e Esperantina (figura 1), todos banhados pelo rio Araguaia em suas fronteiras oeste, com seus perímetros molhados apresentados na tabela 1. É importante ressaltar que o município de Esperantina também é banhado pelo rio Tocantins em sua margem leste.

Figura 1 - Mapa de localização dos municípios de abrangência do estudo na microrregião do Bico do Papagaio, estado do Tocantins.



Fonte: Autora (2025).

Tabela 1 - Dados geofísicos e sociais dos municípios de estudo.

Dados	Xambioá	Araguatins	Esperantina
Habitantes	10.517	31.918	7.530
Filiados na colônia	159	1.237	816
Perímetro (km)	225,41	349,78	122,75
Perímetro molhado (km)	42,1	103	74,6
Área (km ²) IBGE	1.190,489	2.297,3	504,02

Fonte: Autora (2026).

4.1.1 Araguatins

Localizado na microrregião do Bico do Papagaio, o município de Araguatins está situado a uma altitude de 103 metros, às margens do Rio Araguaia. Com uma área territorial de 2.297,3 km² (5° 39' 02" S, 48° 07' 24" O), o município desempenha um papel estratégico tanto no contexto geográfico quanto econômico, abrigando uma população de aproximadamente 31.918 habitantes, segundo estimativas do IBGE (2022). A proximidade

com o rio oferece não apenas uma fonte de subsistência para muitas famílias, como também potencializa atividades econômicas como a pesca, a agricultura irrigada e o turismo fluvial.

A história de Araguatins remonta a 1867, quando a família de Máximo Libório da Paixão se estabeleceu na região, atraída pelas riquezas naturais e pela localização estratégica. Contudo, a fundação oficial do município ocorreu um ano depois, em 9 de junho de 1868, liderada por Vicente Bernardino Gomes. Ele nomeou o local como Vila São Vicente do Araguaia, em homenagem ao rio que foi crucial para o desenvolvimento inicial da localidade. Vicente Bernardino, oriundo da Colônia Militar de São João do Araguaia, no estado do Pará, aventurou-se pelo rio em busca de terras férteis e um local favorável para o estabelecimento de uma nova povoação. Seu esforço pioneiro resultou em uma vila que, ao longo do tempo, se tornou um dos principais polos econômicos e culturais da região do Bico do Papagaio.

A vila de São Vicente do Araguaia foi elevada à categoria de município pela Lei nº 426, de 21 de junho de 1913, e essa transformação foi sancionada oficialmente pelo Decreto nº 3.639, de 5 de março de 1914, estabelecendo sua autonomia política e administrativa. Esse marco legal representou o reconhecimento do crescimento e da importância da localidade na região, consolidando-a como um centro com relevância econômica e social. Porém, a história administrativa do município teve outros momentos de mudança significativa, como em 1945, quando, por determinação do presidente Getúlio Vargas, a sede do município foi transferida para Itaguatins. A decisão visava reorganizar as estruturas administrativas do território, embora a mudança de sede tenha sido um tema controverso na época.

Com a criação do estado do Tocantins, em 1989, Araguatins passou a integrar oficialmente essa nova unidade federativa, após anos de pertencimento ao estado de Goiás. A mudança foi um reflexo do processo de emancipação política que visava descentralizar a administração e promover o desenvolvimento das regiões do norte do Brasil, com especial foco no fortalecimento das cidades que compõem o Bico do Papagaio.

O nome "Araguatins" foi uma sugestão do então prefeito Antônio Carvalhedo Murici, que, em 1943, propôs a combinação dos nomes dos rios Araguaia e Tocantins, elementos geográficos de grande importância para a identidade do município. A proposta foi aprovada pelo Decreto nº 8.305, no ano de 1943, e o nome "Araguatins" passou a representar não apenas a união dos dois rios, mas também a integração das culturas e recursos naturais da região.

4.1.2 Esperantina

Esperantina é um município situado no extremo norte do estado do Tocantins, entre os rios Araguaia e Tocantins, na região conhecida como "Bico do Papagaio". Localizado a 680 km da capital do Estado, Palmas, ocupa uma área de 504,02 km², entre os paralelos 5° 20' 34" S, 48° 30' 39" O (IBGE, 2022). Esta área, que integra a zona de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, é marcada por uma grande biodiversidade, com uma flora e fauna bastante variadas, que atraem pesquisadores, turistas e aqueles que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência.

Além disso, a presença de diversos ecossistemas e habitats propicia condições ideais para a prática da pesca e da caça, atividades que, juntamente com a agricultura, constituem a base da economia local. Juntamente com o município de São Sebastião do Tocantins, Esperantina ocupa o título de município mais ao norte do estado, sendo uma das localidades que mais se destaca pela sua localização estratégica.

Esperantina foi oficialmente criada em 5 de outubro de 1989, e sua instalação ocorreu em 1 de janeiro de 1993, consolidando-se como um município independente após a emancipação política, que ocorreu em 10 de fevereiro de 1991, por meio da Lei Estadual nº 251/91. Esse processo de emancipação foi um reflexo da crescente demanda por autonomia administrativa e da necessidade de um gerenciamento local mais próximo da realidade das populações que habitavam a região.

Historicamente, a região atraiu moradores de diversos estados brasileiros, como Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Bahia, devido à abundância de recursos naturais e ao grande potencial agrícola da área. Com o aumento da população, o local passou a ser conhecido inicialmente como "Centro de Pedro Souza" e, mais tarde, "Centro dos Mulatos", um nome que reflete a presença de numerosos descendentes de índios e negros que ali se estabeleceram ao longo do tempo. Nos anos 1980, a comunidade local já contava com cerca de trinta ranchos de palha, os quais eram moradias simples construídas para abrigar a crescente população. O desmembramento de Esperantina de São Sebastião do Tocantins foi um marco no desenvolvimento do município, que ainda apresenta desafios em seu crescimento e expansão, tendo demonstrado em um levantamento de Oliveira e Piffer (2016) dados ainda preocupantes de desenvolvimento.

4.1.3 Xambioá

Situado na margem direita do Rio Araguaia, o município de Xambioá, localizado no estado do Tocantins, encontra-se a uma altitude de 141 metros. Com uma população atual de 10.517 habitantes, entre os paralelos 6° 24' 39" S, 48° 32' 09" O (IBGE, 2022), Xambioá se encontra limítrofe pelo rio Araguaia com a cidade de São Geraldo do Araguaia, no estado do Pará, localizada na margem oposta do rio. Essa proximidade geográfica entre as duas cidades resulta em uma dinâmica de interação socioeconômica significativa, marcada por trocas comerciais, culturais e uma relação conjunta com o Rio Araguaia, que desempenha um papel central na vida cotidiana e nas atividades produtivas das comunidades locais.

O nome do município, que tem origem em um termo indígena que significa "pássaro veloz", reflete a rica herança cultural da região, profundamente influenciada pelas tradições indígenas e pela relação histórica com o rio. Além de sua relevância como um ponto estratégico de conexão entre Tocantins e Pará, Xambioá é conhecida por sua economia baseada em atividades agroextrativistas e pela pesca artesanal, que desempenha um papel vital tanto para a subsistência das famílias locais quanto para o abastecimento de mercados regionais. A localização privilegiada e os recursos naturais disponíveis conferem ao município uma importância singular no contexto da região do Bico do Papagaio.

Xambioá ganhou notoriedade por ter sido palco da Guerrilha do Araguaia, um dos episódios mais marcantes e emblemáticos da história política recente do Brasil, ocorrido entre o final da década de 1960 e o ano de 1974. Este conflito, caracterizado pela luta armada contra o regime militar, deixou marcas profundas na memória da região e continua sendo objeto de estudos históricos e discussões sobre direitos humanos, justiça de transição e memória coletiva. O município, à época, foi cenário de embates que envolveram as forças militares e integrantes de movimentos revolucionários, consolidando-se como um espaço central nos relatos sobre o episódio (segundo site oficial do município).

Atualmente, Xambioá apresenta uma nova dinâmica econômica e logística, destacando-se como uma rota estratégica para o transporte de grãos e bens agrícolas. Esse protagonismo logístico será reforçado pela construção da ponte que conectará diretamente o município ao estado do Pará, facilitando o escoamento de produtos e promovendo uma integração econômica mais eficiente entre as duas regiões. Essa infraestrutura quando inaugurada visa impulsionar o desenvolvimento local, tornando Xambioá um ponto

relevante no mapa das cadeias produtivas do agronegócio e no fortalecimento das relações comerciais interestaduais (segundo site oficial do município).

4.2 Reunião Prévia com as Comunidades

No contexto da pesquisa, a metodologia aplicada foi fundamentada no trabalho de Aschidamini e Saupe (2004), que propuseram as visões sincrética, analítica e sintética como pilares para o planejamento de atividades investigativas. Essas perspectivas destacam a importância de estruturar a pesquisa com base em uma compreensão abrangente da realidade estudada, integrando as experiências dos participantes como elemento central para a geração de dados. Nesse sentido, o planejamento levou em consideração os perfis variados dos participantes, desde que estes compartilhassem o ponto central da investigação — a relação com a pesca.

O número de reuniões foi adaptado à complexidade do estudo, resultando em uma sessão em cada comunidade, realizada entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2024, nas sedes das colônias. Para maximizar a participação, as sessões foram planejadas com uma média de duas horas, respeitando as rotinas e o conforto dos envolvidos. O Guia de Temas (Apêndice A), elaborado com base nos objetivos do estudo e nas especificidades locais, buscou explorar as múltiplas dimensões da relação das comunidades com o pescado, tanto em seu ambiente natural quanto no contexto do consumo doméstico.

A pesquisadora principal, atuando como moderadora e observadora, foi responsável por absorver diretamente os conhecimentos compartilhados durante as sessões. Essa abordagem foi complementada pela presença de um interlocutor local, cuja função foi facilitar o acesso às comunidades e mediar a interação entre os participantes e a pesquisa. O interlocutor contribuiu para fortalecer a confiabilidade dos dados coletados, garantindo que as informações refletissem com fidelidade a realidade dos pescadores.

A análise dos dados foi conduzida com base na metodologia de análise de discurso, descrita inicialmente por Coracini (1991), que identificou o discurso como um fenômeno multifacetado, podendo ser entendido como sinônimo de fala, unidade superior à frase, matriz de textos e processo social e linguístico articulado.

Com o passar do tempo, a análise do discurso foi aprofundada e refinada por outros autores, como Gondim e Fisher (2009), que abordaram sua aplicação em estudos sociais, e Silva e Araújo (2017), que destacaram sua relevância em contextos contemporâneos. Esses estudos serviram como embasamento teórico para a aplicação do método no presente

trabalho, permitindo interpretar o discurso não apenas como um conjunto de enunciados, mas como uma ferramenta capaz de revelar as relações sociais, culturais e ambientais que moldam as práticas e percepções das comunidades pesquisadas. A análise discursiva possibilitou, assim, uma compreensão aprofundada das narrativas dos pescadores, contextualizando suas experiências em um cenário mais amplo.

Além disso, as entrevistas semiestruturadas foram essenciais para explorar fatores que influenciam a destinação do pescado, seja para venda ou consumo próprio. As entrevistas abordaram questões relacionadas às características das espécies, estratégias de pesca e percepção ambiental, sempre considerando o tempo de atuação dos pescadores e suas relações familiares no contexto da atividade pesqueira. Essa abordagem não apenas aprofundou a análise dos dados, mas também trouxe insights sobre as dinâmicas socioeconômicas e ecológicas que sustentam a pesca artesanal. Dessa forma, o estudo integrou diferentes métodos qualitativos, reforçando a validade e a abrangência dos resultados obtidos.

4.3 Entrevistas semiestruturadas

Em complementação aos grupos focais realizados em conjunto com as comunidades, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, seguindo o que Gondim (2002) apontou sobre a importância de combinar metodologias nas ciências humanas para gerar dados mais amplos e abrangentes. Essa estratégia buscou aprofundar as informações que haviam sido obtidas nos grupos focais, permitindo captar uma percepção mais representativa das colônias de pescadores e ampliando o alcance dos objetivos da pesquisa. A escolha pelas entrevistas semiestruturadas proporcionou maior flexibilidade na abordagem dos temas, alinhando-se às necessidades específicas de cada localidade e ao contexto dos participantes.

Durante os grupos focais, foram identificados participantes que demonstraram maior engajamento e interesse, sendo considerados mais propensos a colaborar nas entrevistas individuais. O contato pessoal que havia sido desenvolvido nesses encontros contribuiu para que a coleta de dados nas entrevistas fosse bem recebida e para que os participantes se sentissem mais à vontade durante as respostas, conforme observado por Goldin et al. (2012). Em cada entrevista, a primeira etapa consistiu na apresentação dos objetivos da pesquisa e na solicitação de autorização para o uso das informações fornecidas. Após o consentimento livre e esclarecido, os participantes foram entrevistados, e as respostas registradas de forma escrita.

As entrevistas semiestruturadas incluíram perguntas norteadoras que abordavam a definição do perfil dos participantes, como idade, gênero e tempo de atuação na pesca, além de questões específicas relacionadas às espécies de interesse. As perguntas trataram do nome popular das espécies (etnoespécies), hábitos alimentares, locais e períodos reprodutivos, estratégias de captura e sazonalidade, bem como a relação dos pescadores com as espécies alvo. Também foi explorado o nível de consumo das espécies, modos de preparo para consumo próprio e relatos livres sobre aquelas preferenciais para consumo ou venda. O questionário aplicado está descrito no Apêndice B, contendo detalhadamente os tópicos abordados. A aplicação dessa metodologia garantiu que os dados obtidos fossem adequados aos objetivos do trabalho, refletindo a realidade socioeconômica e ambiental das comunidades.

4.4 Observação participante

Durante todo o processo de coleta de dados junto às comunidades, foi utilizado o método de observação participante, com registro em caderno de campo escrito de observações, complementado por notas de voz que foram posteriormente transcritas para análise. A observação participante, conforme descrita por Correia (2009), é uma técnica de investigação amplamente utilizada em estudos qualitativos, frequentemente complementada por outros métodos, como os grupos focais e as entrevistas semiestruturadas aplicadas no presente trabalho. Esses métodos foram guiados por critérios previamente estabelecidos, alinhados aos objetivos da pesquisa, para garantir que a coleta e a análise de dados fossem conduzidas de maneira sistemática e rigorosa.

Nesse contexto, o papel do observador é compreendido como dual, assumindo as funções de instrumento de coleta de dados e, também, de intérprete dos mesmos. Essa dualidade implica que a visão do observador influencia tanto a geração quanto o refinamento dos dados, o que exige uma postura reflexiva e crítica ao longo do processo. Seguindo as diretrizes metodológicas propostas por Correia (2009), a autora deste trabalho buscou minimizar a interferência de conceitos prévios sobre a realidade estudada, exercendo um constante esforço para evitar deformações subjetivas que pudessem comprometer a fidelidade das interpretações. Essa abordagem garantiu que os dados coletados fossem analisados com objetividade e rigor, contribuindo para uma compreensão aprofundada das dinâmicas locais e das práticas observadas nas comunidades.

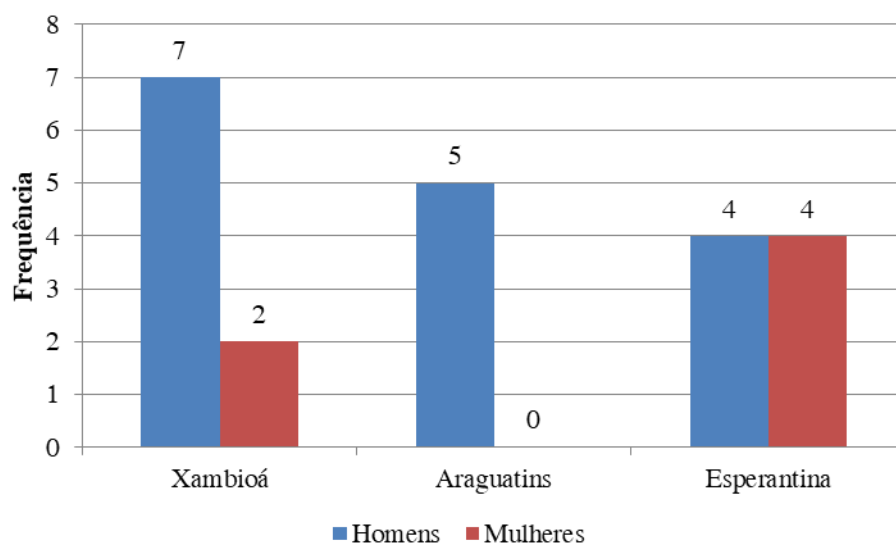
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Perfil dos Participantes

Os grupos focais realizados nas comunidades-alvo contaram com a participação de 43 pescadores e pescadoras, refletindo uma diversidade de perfis e contextos socioculturais. Em Xambioá, participaram 13 homens e 4 mulheres, enquanto em Araguatins, o grupo foi composto por 5 homens. Já em Esperantina, a participação foi mais equilibrada entre os gêneros, com 9 homens e 12 mulheres, evidenciando uma maior representatividade feminina nessa localidade. Durante as oficinas, os participantes que demonstraram maior engajamento e contribuíram de forma mais ativa para as discussões foram convidados para entrevistas individuais, com exceção de Araguatins, onde o menor número de participantes permitiu a realização de entrevistas com todos os envolvidos.

No total, foram realizadas 9 entrevistas em Xambioá, 8 em Esperantina e 5 em Araguatins, com a distribuição de gênero detalhada na figura 2. Esse processo de seleção foi essencial para aprofundar as análises e compreender as dinâmicas locais sob diferentes perspectivas. A predominância masculina nos grupos focais de Xambioá e Araguatins contrasta com a maior participação feminina em Esperantina, o que pode estar relacionado a fatores culturais e, também, com o fato da liderança pesqueira dessa localidade ser uma mulher, a qual apresenta esforços para inclusão das pescadoras na cadeia e processo construtivo da colônia como um todo. Esses dados ressaltam a importância de considerar a representatividade de gênero nas análises sobre a pesca artesanal, pois as experiências e práticas podem variar significativamente entre homens e mulheres, influenciando tanto o uso dos recursos pesqueiros quanto as percepções sobre sustentabilidade e mercado.

Figura 2 - Gráfico de frequência de participantes por gênero nas entrevistas da comunidade pescadora por município.

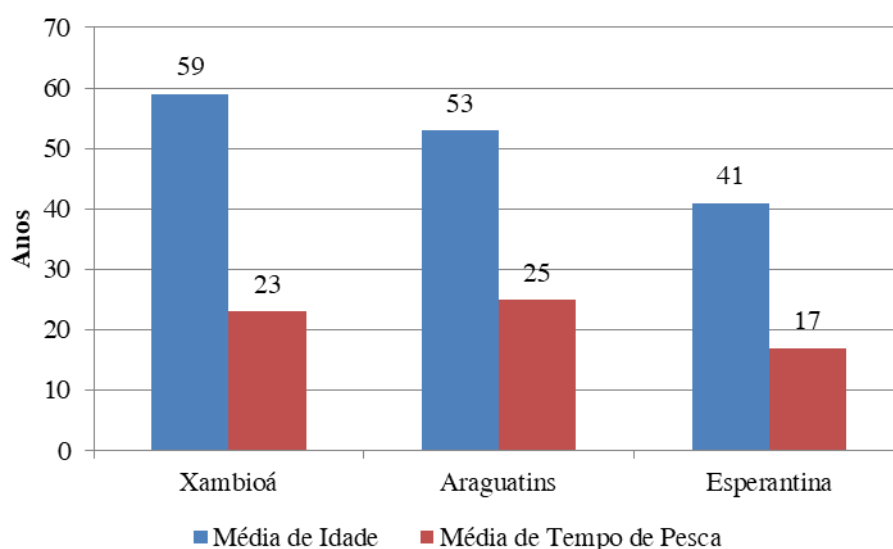


Fonte: Autora (2025).

A faixa etária dos participantes nos grupos focais revelou diferenças entre as localidades, indicando variações na experiência e na trajetória dos pescadores. Em Xambioá, a faixa etária variou entre 45 e 71 anos, demonstrando uma predominância de pescadores mais velhos. Essa característica também está associada a um maior tempo de experiência na pesca artesanal, o que sugere uma transmissão mais consolidada de conhecimentos tradicionais e práticas locais. Por outro lado, em Araguatins, os participantes tinham entre 45 e 61 anos, posicionando-se em uma faixa intermediária que combina certa longevidade na atividade com possíveis influências de mudanças contemporâneas nos modos de pesca e no mercado local.

Em contraste, Esperantina apresentou uma maior participação de jovens, com idades variando entre 25 e 57 anos. A presença de pescadores mais novos, por consequência, reflete um menor tempo de envolvimento na atividade pesqueira, o que pode impactar tanto o acúmulo de experiência quanto a adoção de práticas mais modernas ou adaptadas às condições atuais. Esses dados, apresentados em conjunto com as médias de idade e de tempo de pesca na figura 3 evidenciam a diversidade geracional entre as comunidades. Enquanto Xambioá se apoia em práticas tradicionais transmitidas ao longo de décadas, Esperantina demonstra uma renovação geracional mais evidente, indicando possíveis mudanças nas percepções, técnicas e prioridades relacionadas à pesca artesanal. Essa diferença de perfil etário destaca a importância de entender como fatores como idade e tempo de pesca influenciam o uso e o manejo dos recursos pesqueiros em diferentes localidades.

Figura 3 - Gráfico com a média das idades e do tempo de pesca dos participantes por município.



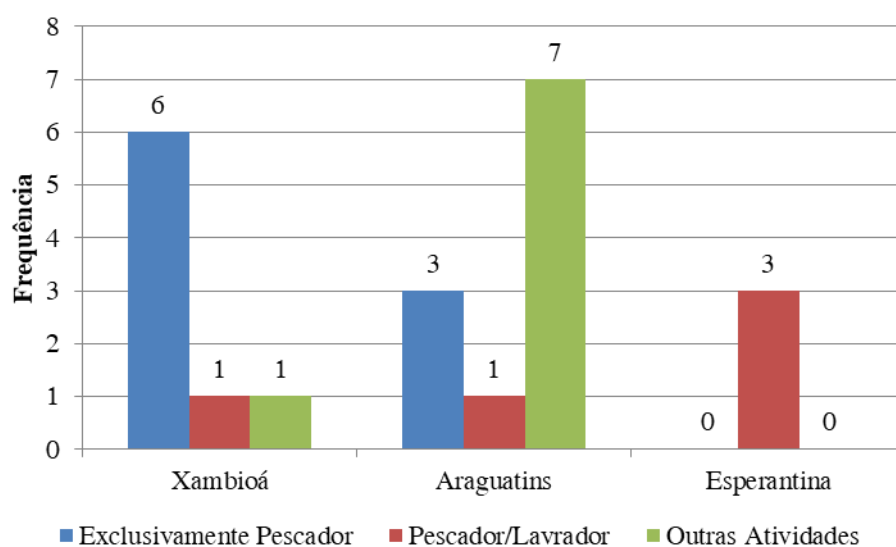
Fonte: Autora (2025).

Os entrevistados também foram questionados sobre as atividades profissionais que exercem, revelando padrões distintos entre as localidades analisadas. Em Xambioá, a maioria dos participantes declarou dedicar-se exclusivamente à pesca, enquanto uma parcela significativa combinava a pesca com a lavoura, reforçando o vínculo entre atividades rurais tradicionais. Esse perfil reflete o contexto local, onde a pesca artesanal e a agricultura familiar desempenham papéis centrais na economia e na subsistência das comunidades. A predominância de pescadores/lavradores está representada na figura 4 e ilustra a forte dependência dos recursos naturais como base para a manutenção dos meios de vida.

Em contraste, Araguaatins apresentou uma diversidade maior de ocupações, com muitos entrevistados relatando atividades não relacionadas diretamente à pesca ou ao campo. Profissões como garçom, churrasqueiro, pedreiro e pintor foram citadas, além de trabalhos indiretamente ligados à pesca, como canoeiros e barqueiros (figura 4). Esse padrão reflete o caráter mais urbano do município, que é o maior da microrregião do Bico do Papagaio e possui maior demanda por prestadores de serviços em áreas urbanas e turísticas, especialmente em determinados períodos do ano; Ao mesmo tempo, evidência a necessidade de renda complementar para suporte financeiro das famílias. Já em Esperantina, como demonstrado na figura 4, a maioria dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, identificou-se como pescadores/lavradores, reforçando o perfil predominantemente rural da

região. Essa característica pode estar associada à elevada presença de assentamentos na área assim como de comunidades quilombolas, que sustenta uma população com forte vínculo com a pesca e a agricultura. Essas diferenças refletem a importância de compreender as particularidades socioeconômicas de cada localidade para planejar estratégias de desenvolvimento e manejo adequadas às suas realidades.

Figura 4 - Atividades econômicas dos pescadores e pescadoras entrevistados por município



Fonte: Autora (2025).

5.2 Espécies identificadas nas reuniões prévias

Durante as reuniões prévias, foram levantadas as espécies de maior interesse para a pesca comercial e as de preferência pessoal para consumo no dia a dia, revelando padrões distintos entre as localidades analisadas. Em Xambioá, os pescadores citaram oito espécies de interesse comercial e sete de preferência para consumo, demonstrando uma relação relativamente equilibrada entre as categorias. A proximidade entre os números indica que, embora a pesca comercial seja relevante, há uma forte conexão com a subsistência, evidenciada pela importância dada às espécies consumidas no cotidiano. A diversidade de espécies citadas em ambas as categorias sugere que a pesca em Xambioá é fortemente influenciada pela oferta disponível e pelas preferências culturais da comunidade local.

Em Araguatins, os pescadores relataram 18 espécies de interesse comercial e nove de interesse de consumo. Esse maior número de espécies destinadas à venda, em comparação com as de consumo, reflete o caráter predominantemente mercantil da pesca nessa localidade.

A discrepância entre as categorias pode estar relacionada à urbanização mais intensa em Araguatins, o que resulta em maior integração com mercados regionais e menor dependência da pesca para subsistência direta. Apesar disso, a presença de nove espécies para consumo pessoal evidencia que a prática ainda possui relevância cultural e nutricional, embora em menor escala.

Esperantina apresentou os maiores números de espécies mencionadas, com 22 de interesse comercial e 15 de interesse para consumo próprio. Esse destaque reflete tanto a biodiversidade local quanto a importância da pesca artesanal para a economia e a alimentação da comunidade. A sobreposição significativa entre as categorias sugere que os pescadores de Esperantina tendem a capturar e consumir as mesmas espécies, alinhando o consumo pessoal com as oportunidades de comercialização. Essa estratégia pode ser vista como uma forma de otimizar os recursos aquáticos locais, ao mesmo tempo que atende às demandas do mercado e das necessidades alimentares da comunidade. É importante ressaltar que as espécies foram citadas por seus nomes populares/etnoespécies (os usuais das comunidades) e posteriormente identificadas por meio de observação *in-loco* e de imagens disponíveis em catálogos de espécies da região. O mesmo nome popular (etnoespécie) pode ser utilizado para se referir a várias espécies ou mesmo mais de um gênero, assim as informações do apêndice C podem ser aperfeiçoadas com auxílio de especialistas ou mesmo coletas direcionadas para essa finalidade.

A análise comparativa entre as localidades revela diferenças marcantes nos padrões de uso dos recursos pesqueiros. Xambioá apresenta uma relação equilibrada entre comercialização e consumo, refletindo uma dinâmica em que a pesca artesanal atende tanto às demandas econômicas quanto às necessidades alimentares da comunidade. Por outro lado, Araguatins evidencia uma forte ênfase no comércio, com menor destaque para o consumo próprio, o que pode ser explicado por seu caráter mais urbanizado e maior integração com mercados regionais. Já Esperantina combina uma ampla diversidade de espécies com uma sobreposição significativa entre as categorias de interesse comercial e de consumo, destacando uma relação mais integrada entre captura, alimentação e mercado.

Essas diferenças sublinham a importância de compreender as dinâmicas locais da pesca artesanal, tanto para o desenvolvimento de estratégias de manejo sustentável quanto para a promoção de ações que conciliem a preservação ambiental, a segurança alimentar e a geração de renda. A análise detalhada dos padrões observados em cada localidade pode fornecer

subsídios para intervenções que respeitem as especificidades culturais, econômicas e ecológicas de cada contexto.

Nesse cenário, é pertinente aprofundar a análise sobre as espécies citadas como de interesse principal para consumo ou para comercialização, identificando também aquelas que apresentam similar importância para ambas as destinações. Essa abordagem possibilita uma visão integrada das práticas pesqueiras e oferece uma base para discussões sobre seletividade, biodiversidade e estratégias de uso sustentável dos recursos aquáticos. Os tópicos a seguir exploram essas questões em maior detalhe, destacando as inter-relações entre o consumo familiar e o mercado.

5.2.1 Destinação das espécies

A Tabela 2 destaca as espécies mencionadas por nome popular em ordem alfabética, identificadas nas reuniões prévias e revisadas nos grupos focais como de interesse principal para comercialização e venda, quando citadas nas duas categorias foram consideradas pelos grupos como de mesmo peso para ambas as destinações. Nela podemos observar que apenas cará, cari e piau foram peixes citados como de igual importância para todas as comunidades abordadas. Esse resultado pode demonstrar uma baixa correlação de interesses e destinações entre as comunidades, mas também pode indicar uma relação com a disponibilidade dessas espécies na bacia. As três espécies são de pequeno a médio porte, relativamente abundante, e ocorrem em vários ambientes. Cará é um nome comum utilizado para várias espécies de ciclídeos de pequeno/médio porte, se alimenta principalmente de detritos, comuns nas áreas mais próximas às margens (Schneider, 2013). O cari também é um nome utilizado para várias espécies (*Hypostomus spp.*) de peixes cobertos com placas e que se alimentam de detritos no fundo ou de algas e pequenos organismos aderidos às pedras, galhos e outras estruturas presentes nos ambientes aquáticos (Pessoa et. al., 2013). Piau é o nome comum de várias espécies do gênero *Leporinus*, no estado do Tocantins, enquanto em outros estados amazônicos é chamado de aracu, representado por espécies de médio porte e corpo fusiforme, encontrados nas proximidades das margens dos rios se alimentando de larvas de insetos, detritos vegetais e sementes (Santos, 1982).

Quando falamos em espécies de interesse exclusivo de venda a comunidade de Xambioá é a mais diversa, com 09 (nove) espécies que não foram citadas como interesse de consumo, sendo elas o barbado, um peixe de couro, que foi citada como de “cheiro forte” e chamada de “urubu d’água” o que cria uma aversão entre os pescadores para o seu consumo; a caranha,

um peixe de escama, que foi descrita como de alto valor agregado e baixa captura atualmente, de tal modo que é prioritária a comercialização; a corvina, peixe de escama, que tem grande saída no mercado local sempre que ofertada; o filhote, peixes de couro, de grande porte, que também possui alto valor agregado; o jaraqui, a piranha e o tucunaré, peixes de escama, e o Surubim e o mandi moela, peixes de couro. Já as espécies exclusivas de consumo são o avoador, na comunidade chamado de avoante, a corvina, o mandi e a sardinha gato.

Tabela 2 - Destino preferencial das espécies citadas pelos pescadores.

Nome popular das espécies	Xambioá		Araguatins		Esperantina	
	Consumo	Venda	Consumo	Venda	Consumo	Venda
Avoante (avoador)	X	-	X	X	-	X
Barbado	-	X	X	X	-	X
Bodó	-	-	-	-	X	X
Branquinha	-	-	-	X	-	X
Cachorra	X	X	X	X	X	-
Cará	X	X	X	X	X	X
Caranha	-	X	-	-	X	X
Cari	X	X	X	X	X	X
Curimatã	X	-	X	X	-	X
Corvina	-	X	X	X	-	X
Fidalgo	X	X	X	X	X	-
Filhote	-	X	X	X	-	X
Jaraqui	-	X	X	X	X	X
Ladina	-	-	-	-	X	X
Mapará	-	-	X	-	-	X
Mandi	X	-	X	X	X	-
Mandi Moela	-	-	X	X	X	-
Pacu	-	X	X	X	X	X
Piabanha	-	-	-	-	X	-
Piau	X	X	X	X	X	X
Piranha	-	X	-	X	-	X
Sardinha Gato	X	-	-	-	X	-
Surubim	-	X	X	X	-	X
Traíra	-	-	-	-	-	X
Tucunaré	-	X	-	X	-	X
Ubarana	-	-	-	-	-	X

* X = espécie mencionada pelos pescadores para consumo ou venda; – = espécie não mencionada para a categoria na comunidade analisada.

Fonte: Autora (2025).

Em Araguatins apenas 03 (três) espécies foram citadas como de interesse exclusivo para venda: branquinha, piranha e tucunaré. A branquinha que foi descrita como um peixe de carne dura, enquanto a piranha foi associada a relatos de repulsa, principalmente devido ao seu comportamento agressivo e à capacidade de danificar redes de pesca. Já o tucunaré foi caracterizado como um “peixe de turista”, sendo capturado principalmente para comercialização junto a visitantes durante a temporada de praia. Para consumo próprio, foi mencionado mapará, registrado neste estudo também com a denominação local “mampará”, utilizada pelos pescadores da região. Além disso, essa espécie foi descrita com a expressão “roda rua” um termo informal utilizado para indicar que o peixe tem pouca saída no comércio local, sendo geralmente destinado ao consumo doméstico quando capturado. De modo geral, os resultados indicam uma pesca direcionada para atender o mercado, podendo ser relacionada com o perfil dos pescadores, homens, que se dividem entre várias atividades e a pesca em uma área mais urbanizada.

Em Esperantina, por outro lado, foi observada a maior diversidade de espécies citadas no cotidiano da atividade pesqueira. Nessa comunidade, foram registradas 12 (doze) espécies destinadas a comercialização e 05 (cinco) para consumo próprio. A maior parte das espécies direcionadas ao comércio foi associada ao alto valor de mercado e à menor preferência de consumo, muitas vezes relacionada ao sabor do peixe. Apesar disso, essa comunidade demonstrou uma maior tendência de manter para si os peixes de sua preferência em detrimento do valor de venda, citando as espécies piabanha, ladina, caranha e surubim nessa classe, expressando que essas espécies “se sobram vende”. A exceção a esse padrão de consumo é o filhote que devido a sua escassez é direcionado para o comércio assim que capturado pelo seu valor de venda alto.

Essas diferenças evidenciam como fatores geográficos, ecológicos e culturais influenciam as escolhas comerciais e de consumo em comunidades pesqueiras.

5.3 Relatos de observação de hábitos

Dentro dos grupos focais, além dos questionamentos sobre a destinação do pescado foi levantado também os conhecimentos dos participantes sobre alguns hábitos das espécies alvo, buscando confrontar o conhecimento advindo das observações diárias desses pescadores que convivem diariamente com os peixes e o rio e a relação com o que se encontra na literatura.

5.3.1 Hábitos Alimentares

Na metodologia aplicada as perguntas eram abertas e deixavam para os participantes o modo de descrição, de tal modo muitos nomes diferentes foram aplicados para descrever não só alimentação como todas os fatores questionados, após a tabulação desses dados foram agrupadas em categorias resumidas, no caso dos hábitos alimentares dos peixes as categorias foram:

- “Carnívoro”: que por definição são espécies que predam outros peixes, que pelos pescadores foram descritos como se alimentando de “peixes vivos, outros peixes” ou como “predador” em alguns casos até mesmo o termo aqui escolhido foi citado.
- “Detritívoro”: definidas como espécies que se alimentam de detritos orgânicos variados, relatados pelos pescadores como “lama, lodo, folhas podres, frutas podres, peixes mortos”
- “Herbívoros”: são os peixes que se alimentam exclusivamente de frutas e folhas, termos esses que foram utilizados pelos pescadores
- “Onívoro”: as espécies que consomem diversas classes de alimentos, sendo as citadas pelos participantes “lama, lodo, insetos, ostra, minhoca, tucum, madeira, molusco” entre outras, lembrando que só entram nessa classificação aqueles com combinações das classes anteriores.

Nesse contexto a tabela 3 apresenta a classificação das espécies de acordo com os relatos das 3 comunidades. Para melhor entendimento das análises é importante ressaltar que 05 (cinco) das espécies foram citadas em apenas uma comunidade (Esperantina) e outras 05 (cinco) aparecem apenas em duas das três comunidades.

Das espécies citadas em todas as comunidades as seguintes apresentaram um consenso entre espécies carnívoras que vão de encontro com a literatura, sendo elas a cachorra (Costa et al, 2016), a corvina (Fernandes, 2022), o fidalgo (Freitas et al, 2020), o filhote (Röpke et al, 2025), a piranha (Piorsky et al, 2005), o surubim (Galletti et al, 2010) e o tucunaré (Rabelo e Araújo-Lima, 2002) e entre espécies onívoras que foram o avoador (Maquiaveli, 2006), o cará (Costa et al, 2016), o carí (descrito como detritívoro/herbívoros por Pessoa et al, 2013), o curimatã (Moraes et al, 1997), o mandi (Menin e Mimura, 1992), os pacus (Godoi, 2004) e os piaus (Rodrigues, 2005) com grupo maior. Uma divergência relevante de ser destacada é que a comunidade de Xambioá ressaltou o barbado como detritívoro, com ênfase em consumo de

carcaças de outros peixes, enquanto as comunidades de Araguatins e Esperantina o classificaram como carnívoro.

Tabela 3 - Relatos de hábitos alimentares das espécies.

Nome popular das espécies	Xambioá				Araguatins				Esperantina			
	Carnívoro	Detritívoro	Herbívoro	Onívoro	Carnívoro	Detritívoro	Herbívoro	Onívoro	Carnívoro	Detritívoro	Herbívoro	Onívoro
Avoante (avoador)	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X
Barbado	-	X	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-
Bodó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Branquinha	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Cachorra	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-
Cará	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X
Caranha	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X
Cari	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X
Curimatã	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X
Corvina	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-
Fidalgo	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-
Filhote	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-
Jaraqui	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X
Ladina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mapará	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Mandi	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X
Mandi Moela	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	X
Pacu	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X
Piabanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
Piau	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X
Piranha	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-
Sardinha Gato	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Surubim	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-
Traíra	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Tucunaré	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-
Ubarana	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-

* X = hábito alimentar atribuído à espécie pelos pescadores entrevistados; – = hábito alimentar não mencionado para a espécie na comunidade analisada. Fonte: Autora (2025)

5.3.2 Ambiente de desova

Na mesma lógica de agrupamento em classes os ambientes de desova foram identificados como “Águas rasas” (AR) descritas pelos pescadores com os termos praia, areia, beiradão e raso; “Águas fundas com apoio” (AF) que engloba os termos pedral, fundo, loca, pau, poção; e “Áreas de alagamento” (AA) com os termos lago, mato, igarapé, varjão, afluente, pantanal caiapó. Além dessas classes em alguns casos os pescadores nunca tinham visto determinadas espécies desovarem, e para evitarem aferições incorretas declararam não saber (NS).

A tabela 4 apresenta como o grupo focal de Araguatins foi o que mais declarou não saber o ambiente de desova das espécies, sendo 11 (onze) no total, seguida da comunidade de Esperantina que declarou não saber 04 (quatro) e por último Xambioá com 03 (três).

As Águas Rasas (AR) foram frequentemente citadas, particularmente em relação às espécies avoante (avoador), barbado, sardinha gato, e piranha, sugerindo que esses ambientes desempenham um papel central na reprodução de peixes que dependem de áreas abertas e pouco profundas para a desova. Esse padrão também se aplica a outras espécies, como o tucunaré e a curimatã, que utilizam consistentemente as águas rasas, reforçando a relevância desse tipo de habitat.

Por outro lado, as Águas Fundas com Apoio (AF) foram associadas a espécies que demandam características estruturais específicas para a reprodução, como o filhote e o surubim. Esses ambientes, caracterizados por substratos como pedrais e poções, possibilitam condições favoráveis para o desenvolvimento inicial das larvas e oferecem abrigo contra predadores. Assim, esses locais são essenciais para espécies de maior porte e de ciclo de vida mais complexo.

Já as Áreas de Alagamento (AA) foram particularmente citadas em relação a espécies como o cará, a curimatã e o jaraqui todos que foram também caracterizados como onívoros pelas comunidades. Esses ambientes servem como berçários naturais, garantindo proteção e alimentação para o desenvolvimento inicial dos peixes, principalmente para os de baixo cuidado parental.

Para além disso, algumas espécies apresentaram registros na categoria "Não Especificado" (NS), como a ladina, a piabanha e a ubarana. Essa incerteza pode ser atribuída a diversos fatores, como o menor contato dos pescadores com essas espécies, sua raridade ou a dificuldade de observação direta de seus hábitos reprodutivos. Esses dados sugerem a

necessidade de investigações mais detalhadas sobre as espécies menos conhecidas, bem como maior envolvimento dos pescadores no registro sistemático de informações ambientais.

Tabela 4 - Relatos de locais de desova das espécies.

Nome popular da espécie	Xambioá				Araguatins				Esperantina			
	AR	AF	AA	NS	AR	AF	AA	NS	AR	AF	AA	NS
Avoante (avoador)	X	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-
Barbado	-	X	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-
Bodó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
Branquinha	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
Cachorra	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X
Cará	-	-	X	-	-	-	X	-	X	-	-	-
Caranha	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Carí	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-
Curimatã	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-
Corvina	-	-	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-
Fidalgo	-	-	-	X	-	-	-	X	X	-	-	-
Filhote	-	X	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-
Jaraqui	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-
Ladina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
Mapará	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
Mandi	-	-	-	X	-	-	-	X	X	-	-	-
Mandi Moela	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-
Pacu	-	-	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-
Piabanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
Piau	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	X	-
Piranha	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	X	-
Sardinha Gato	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Surubim	-	-	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-
Traíra	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Tucunaré	-	-	X	-	X	-	-	-	X	-	-	-
Ubarana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X

*AR = Águas rasas; AF = Água fundas; AA = Áreas de alagamento; e NS = Não sabe. X = local de desova atribuído à espécie pelos pescadores entrevistados; - = local de desova não mencionado para a espécie na comunidade analisada.

Fonte: Autora (2025).

Regionalmente, foi possível observar diferenças na distribuição das classes de desova entre as comunidades analisadas. Em Xambioá, os pescadores destacaram principalmente as

Águas Rasas (AR), refletindo a predominância de ambientes abertos e pouco profundos na região. Em Araguatins, as Águas Fundas com Apoio (AF) tiveram maior relevância, o que pode estar relacionado ao esforço em peixes de maior porte descritos como de reprodução em tais locais. Por sua vez, em Esperantina, as Áreas de Alagamento (AA) foram predominantes, evidenciando o papel essencial das zonas alagadas no ciclo de vida das espécies locais, assim como uma característica geográfica do local que possui muitos desses ambientes.

Nesse contexto, a diversidade de ambientes de desova relatada reflete um profundo conhecimento ecológico dos pescadores e pescadoras artesanais e destaca a importância de habitats variados para a reprodução da ictiofauna da região, principalmente se considerados os hábitos dos peixes migradores da região como a caranha, jaraqui, filhote, barbado, curimatã, surubim e cachorra que são registradas como presentes nessa região pela literatura (Campos, 2023). Pesquisas mostram que o conhecimento ecológico local dos pescadores fornece informações importantes sobre rotas migratórias, locais de reprodução e abundância de espécies, contribuindo para o manejo pesqueiro (Echevarría, G. et al. 2026; Petriki, O. et al., 2024).

A categorização em Águas Rasas, Águas Fundas com Apoio e Áreas de Alagamento proporciona uma compreensão abrangente das necessidades reprodutivas das espécies, contribuindo para estratégias de manejo e conservação mais eficazes. Contudo, a categoria "Não Especificado" aponta para lacunas de conhecimento que podem ser preenchidas por meio de maior articulação entre as comunidades locais e a ciência, promovendo um diálogo integrado entre os saberes tradicionais e acadêmicos.

5.3.3 Época de desova

A análise das épocas de desova das espécies relatadas pelas três comunidades estudadas revelou uma convergência significativa com os meses de defeso estipulados pela Portaria nº 215/2024 do Naturatins (novembro a fevereiro) definido principalmente em volta das espécies migradoras, embora algumas divergências pontuais tenham sido identificadas. Como ilustrado na figura 5, os pescadores de Xambioá destacaram que espécies como o cará, o carí e as pacus apresentam padrões de desova parcelados, estendendo-se além do período de defeso, mas indo de encontro com o padrão observado por Camargo e Junior (2007) espécies de pacu. Essa particularidade inclui a temporada de estiagem, indicando que a reprodução dessas espécies não se restringe exclusivamente à temporada de chuvas.

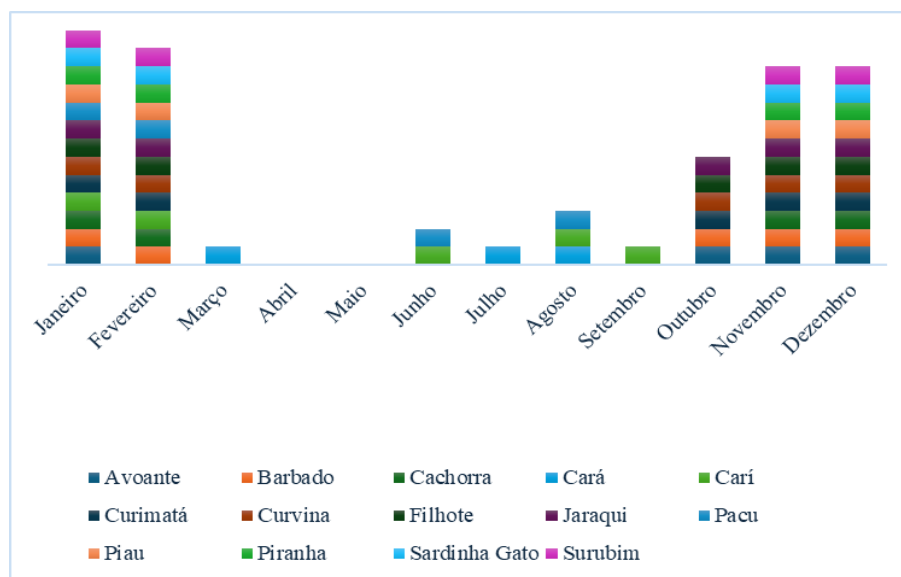
Além disso, a análise do gráfico demonstra que a atividade reprodutiva de algumas espécies em Xambioá se inicia antes do período oficial de defeso. Observa-se que a partir de outubro, espécies como o jaraqui, o filhote, a curvina, o curimata, o barbado e o avoante já começam a apresentar comportamentos reprodutivos, antecipando-se ao início oficial do defeso em novembro. Essa informação aponta para uma dinâmica reprodutiva complexa, em que fatores locais, como variações climáticas e hidrológicas, podem influenciar o ciclo reprodutivo das espécies, principalmente em um rio como o Araguaia que possui uma variação de vazão muito grande durante o ano, completamente natural e sem influência de barramentos antrópicos (Morais, 2018).

Contudo, também foi relatada a presença de desovas esporádicas fora desse período, especialmente em espécies como cará, cari e as pacus, que são espécies não migradoras, reforçando a importância de considerações locais no manejo pesqueiro.

A figura 5 também evidencia o pico de atividade reprodutiva em janeiro e fevereiro, o que está alinhado com o período de maior proteção estabelecido pela legislação. Esses meses concentram o maior número de espécies em fase reprodutiva, destacando a relevância do defeso para a manutenção das populações aquáticas, tal observação foi possível pelos pescadores uma vez que fazem a pesca de subsistência durante a época da piracema.

Em síntese, os dados indicam que, embora exista uma convergência geral com as regulamentações ambientais, as particularidades locais apontadas pelos pescadores revelam a necessidade de ajustes na aplicação das normas de manejo. A antecipação do período reprodutivo de algumas espécies em Xambioá, por exemplo, sugere que uma revisão dos critérios de defeso pode ser necessária para contemplar as variações regionais e garantir a preservação efetiva da biodiversidade aquática, e nesse caso o monitoramento da atividade de pesca e da comunidade de peixes pode trazer informações interessantes. As práticas de monitoramento participativo, envolvendo pescadores locais, podem contribuir para aprimorar a gestão sustentável dos recursos pesqueiros e valorizar o conhecimento das comunidades locais que observam os peixes e os rios diariamente.

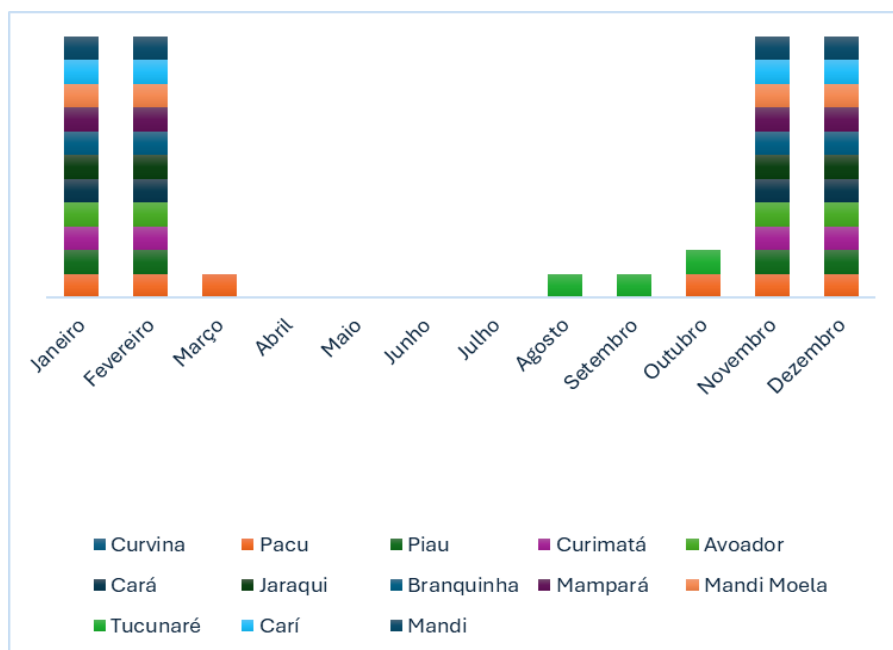
Figura 5 – Distribuição da ocorrência de desova por mês, de acordo com os pescadores entrevistados em Xambioá.



Fonte: Autora (2025).

Já a figura 6 indica que para os pescadores de Araguatins apenas duas espécies se reproduzem fora da piracema, sendo elas os pacus e o tucunaré. É importante também citar que das 3 (três) comunidades abordadas Araguatins é a mais urbanizada e a que menos declarou buscar a pesca para alimentação própria, sempre focando nas espécies de maior produtividade e lucro dentro do contexto do exercício de sua atividade, o que pode tendenciar as observações feitas pelos mesmos.

Figura 6 - Distribuição da ocorrência de desova por mês de acordo com os pescadores de entrevistados em Araguatins.

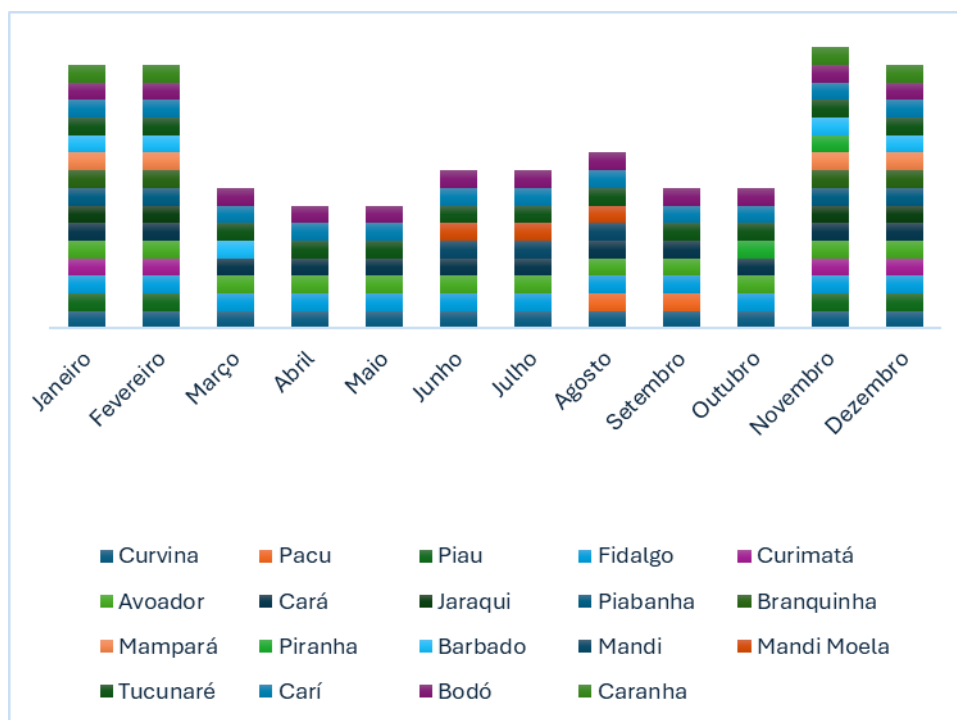


Fonte: Autora (2025).

Quando falamos de Esperantina a figura 7 apresenta as informações sobre os padrões de desova das espécies citadas pelos pescadores da comunidade, destacando os meses do ano em que a atividade reprodutiva é mais relatada. Quando analisamos as observações feitas pelos pescadores durante a aplicação da metodologia em conjunto com os dados do gráfico, confirma-se a percepção de que algumas espécies, como o bodó, o carí, o tucunaré, o cará, o avoador, o fidalgo, os piaus e a curvina, apresentam atividade de desova distribuída ao longo do ano.

No entanto, o gráfico também reforça o papel crucial da época do defeso, evidenciando picos de desova nos meses de piracema, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, quando número de espécies desovando é mais alta. Isso indica que, embora algumas espécies possam desovar em qualquer mês, o período do defeso continua sendo central para a reprodução de muitas delas. Assim, o comportamento reprodutivo identificado pelos pescadores, de “desova o ano inteiro”, está mais relacionado à possibilidade de ocorrência esporádica em diferentes períodos, e não a uma atividade contínua e uniforme ao longo do ano. O monitoramento da ocorrência de desova pode indicar adaptações às modificações ambientais do clima e do ambiente local.

Figura 7 - Distribuição da ocorrência de desova por mês de acordo com os pescadores entrevistados em Esperantina.



Fonte: Autora (2025).

5.4 Relatos de padrão de captura

Os grupos focais também abordaram os conhecimentos dos pescadores sobre os ambientes, épocas e métodos de captura, essa etapa teve como objetivo descrever a visão dos pescadores em relação ao comportamento dos peixes no objetivo principal de sua atividade, a produtividade das espécies de interesse.

5.4.1 Ambiente de Captura

Quando abordados sobre os ambientes mais favoráveis para a captura (Tabela 5) os pescadores de Xambioá demonstraram um detalhamento amplo e variado dos ambientes de captura, citando desde áreas de fluxo intenso, como corredeiras e pedrais, até ambientes mais calmos, como lagos e beiras de praia. Essa diversidade reflete o conhecimento específico das dinâmicas locais do rio, associado ao comportamento das espécies e à sazonalidade. Espécies como o surubim e a cachorra, por exemplo, foram relacionadas a ambientes de correnteza o que vai de encontro com seus hábitos alimentares carnívoros que a comunidade também descreveu, enquanto outras, como o cará e o curimatá, aparecem em locais mais variados,

como lagos e pedrais, propícios para espécies descritas como onívoras que buscam refúgio de grandes predadores e abundância de alimentos diversos.

Em Araguatins, foi observado descrições mais generalistas nos ambientes relatados, com destaque para o meio do rio, remansos e beiradas. A maior abrangência das descrições pode estar relacionada à diversidade de habitats disponíveis na região ou a uma percepção mais ampla da utilização do espaço aquático pelos pescadores, assim como o perfil mais urbano e produtivista da colônia local, que apresenta apenas um ponto de desembarque uma menor ocorrência de pescadores de barranco devido a característica do acesso ao rio que é feito a partir da orla principal que possui alto nível de antropização, com altos aterros e comércios em sua extensão. Espécies como o filhote e o mandi moela são relatadas em áreas de maior profundidade e fluxo médio, enquanto outras, como o pacu e o fidalgo, aparecem em pedrais e corredeiras, evidenciando o conhecimento das condições favoráveis para diferentes espécies.

Na comunidade de Esperantina, as descrições refletem uma forte conexão com ambientes como praias, pedrais e fundos de rios. Espécies como o Bodó e a Ubarana são associadas a pedrais e fundos, enquanto outras, como o Jaraqui e a Curimatá, são mencionadas em lagos e margens. A citação de ambientes específicos, como "pé de fruta" para o Pacu e "galha" para o Tucunaré, destaca o uso de referências locais e uma percepção detalhada das interações entre fauna e flora nos ecossistemas aquáticos, para além de uma visão exclusivamente produtivista, o que faz sentido considerando que a colônia de Esperantina é a com maior número de pescadores que também são moradores de áreas rurais com acesso direto ao rio, proporcionando observações mais cotidianas e profundas do ambiente no qual estão inseridos como profissão.

Os dados demonstram que algumas espécies apresentam uma ampla sobreposição nos ambientes de captura entre as comunidades. Por exemplo, o fidalgo e o piaui são frequentemente associados a pedrais e corredeiras em todas as localidades, o que vai de encontro ao relatado por Orsi (2012) que aponta uma grande ocorrência de espécies em ambientes da calha do rio principal. Em contrapartida, espécies como o bodó, a ladina e a piabanha, citadas exclusivamente em Esperantina, demonstram uma especificidade geográfica ou cultural na relação com o ambiente de pesca.

É relevante também destacar a diferenciação de ambientes entre as comunidades para uma mesma espécie. Um forte exemplo é o surubim, que em Xambioá é relatado em corredeiras, enquanto em Esperantina aparece em "poções" e lagos fundos e em Araguatins

em beiradas, praias, pedrais e sequeiro. Essas variações podem ser atribuídas às diferenças nas condições ambientais regionais, como profundidade, correnteza e composição do leito do rio.

Tabela 5 - Relatos dos ambientes de captura nas comunidades de estudo.

Etnoespécies	Xambioá	Araguatins	Esperantina
Avoante (avoador)	Gorgulho, Praia, Beirada	Todo rio	Praia
Barbado	Beira de Praia, Gorgulho	Meio do Rio, Sequeiro	Todo lugar
Bodó			Pedral, Praia
Branquinha		Lago, beirada, Sequeiro	Lago
Cachorra	Corredeira	Corredeira, Beirada	Correnteza
Cará	Lago e Gorgulho	Beirada, Pedral, Lago	Praia, Pantanal, Pedral
Caranha	Mato, Corredeira		Cachoeira, Correnteza
Carí	Pedral, Raso, Corredeira	Pedral, sequeiro	Pedral, Praia
Curimatá	Lago	Pedral, Lago	Toda margem do rio
Curvina	Água parada, Mato	Remanso	Gorgulho, Fundo, Praia
Fidalgo	Pedral, Gorgulho	Corredeira, Boca de Grota	Corredeira, pedral
Filhote	Fundo	Meio do rio, Furão	Remanso, Fundo, Correnteza
Jaraqui	Lago, Pedral, Cachoeira	Pedral, Lago	Pedral, Lago
Ladina			Pé de fruta
Mapará		Meio do rio	
Mandi	Remanso, mato	Água Suja, Meio do rio	Remanso
Mandi Moela		Meio do rio	Remanso
Pacu	Gorgulho, Mato	Pedral	Gorgulho, Pé de fruta, Corredeira
Piabanha			Rio, Igarapé
Piau	Pedral, Gorgulho, Mato	Pedral, Boca de Grota, Beiradão	Pedral
Piranha		Todo rio	Todo lugar
Sardinha Gato	Todo rio		Correnteza
Surubim	Corredeira	Beirada, Praia, Pedral, Sequeiro	Poção, Lago fundo
Traíra	Gorgulho, Mato, beiral		Lama, Lago, açude
Tucunaré	Ponta de praia, Lago	Boca de Lago, Sequeiro	Galha, sequeiro

Fonte: Autora (2025).

A tabela 5 também evidencia como o etnoconhecimento dos pescadores é moldado por suas interações seu ambiente, que mesmo que geograficamente próximos, já que algumas das suas rotas de pesca chegam a se sobrepor na região (Ummus; Silva; Paz, 2018) apresentaram divergências em suas observações, destacando a importância da manutenção e preservação desses ecossistemas tão diversos e sensíveis. A variabilidade dos habitats citados reflete tanto a riqueza da biodiversidade local quanto a adaptabilidade dos pescadores às condições

ecológicas. Contudo, a pressão sobre os ambientes específicos, como pedrais e praias, frequentemente citados, pode gerar desafios para a sustentabilidade a longo prazo.

Além disso, a diversidade de termos utilizados para descrever os ambientes, como “gorgulho”, “furão”, “sequeiro” e “pé de fruta”, ressalta a existência de uma comunicação própria e característica tanto da região, quanto da atividade, reforçando a importância de respeitar e incorporar os saberes locais no planejamento de políticas públicas voltadas à gestão de recursos hídricos e à pesca artesanal.

5.4.2 Época de Captura

Os pescadores e pescadoras de Xambioá demonstraram, em sua maioria, orientar o esforço de pesca ao longo de todo o calendário anual, sem concentração marcada em uma única estação. Quando questionados sobre os melhores períodos de captura das espécies-alvo, os participantes recorreram predominantemente à descrição dos meses de ocorrência e à expressão vernacular “ano todo”, revelando um padrão de esforço distribuído e contínuo.

Essa característica é consistente com o perfil comercial-artesanal da comunidade, que depende da manutenção de capturas regulares para a comercialização local. O termo “baixar das águas” foi utilizado pelos pescadores para indicar o início da época de seca, geralmente os meses de junho e julho, período em que o esforço se intensifica sobre espécies com maior demanda turística e maior valor de mercado, como demonstrado na Tabela 6. Esse redirecionamento sazonal do esforço de pesca expressa a capacidade adaptativa dos pescadores de Xambioá e sua integração entre o etnoconhecimento sobre o ciclo hidrológico e as estratégias econômicas de comercialização.

Outras espécies apresentam padrões de captura sazonal, com ocorrência restrita a períodos específicos do ano. O avoante (avoador), por exemplo, é capturado principalmente entre setembro e novembro, no que eles chamam de “temporada” quando grandes cardumes se movimentam subindo o rio (contrários a corrente) o que facilita a captura em grande quantidade com o uso de petrechos como rede de emalha e tarrafa. O barbado e a cachorra concentram capturas nos meses de setembro a dezembro, o que pode estar relacionado a mudanças no comportamento migratório assim como o início da movimentação para os seus locais de reprodução. O filhote, por sua vez, é registrado predominantemente em março e abril, indicando uma possível relação com o início da seca, um dos pescadores relatou que “com menos água eles não se escondem tanto e é mais fácil de achar” demonstrando que a época de seca favorece a captura pela dinâmica hidrológica do rio Araguaia. Espécies como o

fidalgo e o carí são mais frequentemente capturadas em agosto e setembro, o que pode refletir a transição sazonal com o que eles chamam de “subir das águas”.

Tabela 6 – Período de captura das espécies de peixes ao longo do ano em Xambioá.

Etnoespécies	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Avoante (avoador)												
Barbado												
Cachorra												
Cará												
Caranha												
Carí												
Curimatá												
Curvina												
Filhote												
Fidalgo												
Jaraqui												
Mandi												
Pacu												
Piau												
Piranha												
Sardinha Gato												
Surubim												
Tucunaré												

* As áreas sombreadas indicam os meses em que a espécie foi citada pelos pescadores como capturada com maior frequência.

Fonte: Autora (2025).

A análise dos dados revela que os meses de setembro a dezembro apresentam a maior diversidade de espécies capturadas, coincidindo com a transição entre o período seco e o chuvoso, momento em que as espécies exibem maior mobilidade. Em contrapartida, os meses de março a julho, correspondentes à fase de maior estabilidade hidrológica, demonstram menor diversidade de espécies sazonais, sendo dominados pelas capturas de espécies contínuas, como cará, caranha e piranha. Essa sazonalidade reflete não apenas as características dos ciclos naturais, mas também a adaptação estratégica dos pescadores ao comportamento das espécies e às mudanças ambientais.

A tabela 7 demonstra uma relação clara entre os períodos do ciclo hidrológico, que foram descritos no grupo focal com os termos “Rio Cheio”, “Seca”, “Baixar das Águas” e a presença das espécies em Araguatins. Espécies como o piau, curimatá, cará, jaraqui, branquinha, piranha, barbado e tucunaré são classificadas como “Ano Todo”, indicando uma maior plasticidade ecológica e adaptabilidade a diferentes condições ambientais, o que pode ser associado ao uso de variados habitats e estratégias de reprodução ao longo do ano.

É importante ressaltar que, no período de defeso (novembro a fevereiro), os pescadores de Araguatins relataram a realização de capturas com esforço direcionado exclusivamente para espécies de consumo familiar, sem fins comerciais. Trata-se, nesse caso, de um esforço de pesca de subsistência, modalidade que se caracteriza pela menor intensidade de captura, pela seletividade de espécies de maior familiaridade cultural e disponibilidade local, e pela ausência de petrechos de alta escala (como redes extensas ou espinhéis de grande porte).

A captura desse esforço subsistencial tende a ser diferente daquela observada no restante do ano, quando a orientação comercial predomina e o esforço é focado às espécies de maior valor de mercado. Essa distinção qualitativa entre o esforço comercial e o esforço de subsistência são demonstradas na Tabela 7, onde os meses de novembro a fevereiro, embora coincidam com o defeso e com menor diversidade de espécies registradas, refletem não a ausência de atividade pesqueira, mas uma reconfiguração do esforço em torno das espécies de consumo cotidiano, piau, curimatá, cará, piranha e branquinha, que devido sua própria ecologia se encontram disponíveis ao longo de todo o ciclo anual.

Tabela 7 - Período de captura das espécies de peixes ao longo do ano em Araguatins.

Etnoespécies	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Avoador												
Barbado												
Branquinha												
Cachorra												
Cará												
Carí												
Curimatá												
Curvina												
Fidalgo												
Filhote												
Jaraqui												
Mapará												
Mandi												
Mandi Moela												
Pacu												
Piau												
Piranha												
Surubim												
Tucunaré												

* As áreas sombreadas indicam os meses em que a espécie foi citada pelos pescadores como capturada com maior frequência.

Fonte: Autora (2025).

Por outro lado, as espécies avoador, cachorra, carí, fidalgo, a classe de pacus e o surubim apresentam ocorrência concentrada nos meses de maior seca (junho a setembro),

sugerindo tanto uma maior procura nessa época quanto maior disponibilidade das espécies. As espécies citadas têm uma procura significativa pelos turistas que se movimentam para a temporada de praias temporárias do rio Araguaia, que é forte no município, podendo ser um fator de influência.

Já espécies como a curvina, o filhote, o mandi e o mandi moela tiveram destaque durante a época de chuva. As mesmas também foram citadas como de interesse de consumo próprio, o que pode estar relacionado com sua ênfase nos meses de defeso.

Essas dinâmicas demonstram que a captura de determinadas espécies não está ligada apenas a sua disponibilidade, mas também ao interesse sobre o recurso pesqueiro em foco, seja para consumo ou comercialização, demonstrando como a pesca é dinâmica e dependente de diversos fatores nessa região.

Esperantina que possui a maior quantidade de espécies foco relatadas apresenta na tabela 8 espécies de captura continua durante todo o ano o bodó, o cará, a caranha, o carí, o curimatá, a curvina, o fidalgo, o filhote, o mapará, a classe de pacu, a piabanha, a piranha (preta e vermelha), o surubim e a traíra. Tal regularidade sugere sua adaptabilidade e resiliência às variações ambientais, além de seu papel central na dieta e economia das comunidades ribeirinhas.

Por outro lado, espécies como o piau, avoador, tucunaré e ladina apresentam períodos específicos de captura, destacando sua sazonalidade. O avoador, por exemplo, é registrado apenas nos últimos meses do ano, o que pode estar relacionado a fatores como migração ou padrões reprodutivos. Já o piau concentra-se nos meses do segundo semestre, o que pode coincidir com mudanças no regime hidrológico ou disponibilidade de habitats ideais.

Algumas espécies, como a mapará, apresentam uma distribuição regular ao longo do ano, mas com variações em sua intensidade de captura. Isso reflete seu comportamento adaptativo em diferentes períodos, alinhado às dinâmicas dos rios e das áreas de alagamento. Espécies menos representativas em frequência de captura, como a Ubarana, não têm relatos, uma vez que durante o grupo focal os pescadores apontaram um alto decaimento da sua produção surgindo apenas de modo extremamente ocasional.

O papel do etnoconhecimento é novamente evidenciado na precisão das informações fornecidas na junção da comunidade. Esses dados não apenas destacam a relação das comunidades com as espécies locais, mas também fornecem uma base crucial para práticas de manejo sustentável e políticas públicas voltadas à conservação dos recursos naturais e à valorização do conhecimento tradicional.

Tabela 8 - Período de captura das espécies de peixes ao longo do ano em Esperantina.

Etnoespécies	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Avoador												
Barbado												
Bodó												
Branquinha												
Cachorra												
Cará												
Caranha												
Carí												
Curimatá												
Curvina												
Fidalgo												
Filhote												
Jaraqui												
Ladina												
Mampará												
Mandi												
Mandi Moela												
Pacu												
Piabanha												
Piau												
Piranha												
Sardinha Gato												
Surubim												
Traíra												
Tucunaré												

* As áreas sombreadas indicam os meses em que a espécie foi citada pelos pescadores como capturada com maior frequência.

Fonte: Autora (2025).

5.4.3 Técnicas de Captura

Na tabela 9 podemos observar os petrechos mais utilizados na captura das espécies alvo em todas as comunidades abordadas. Cada espécie tem uma diversidade própria de instrumentos de captura, refletindo as particularidades de cada local em termos de práticas de pesca e acessibilidade a equipamentos.

Em Xambioá, os petrechos são variados, com destaque para o uso frequente de anzóis, malhadeiras e tarrafas. Algumas espécies, como o surubim e o tucunaré, incluem o uso de arpões, enquanto outras, como o fidalgo e o filhote, incluem métodos mais especializados,

como espinhéis e técnicas como a caceia, tais relatos estão em conjunto como a descrição que esses peixes são maiores e mais fortes precisando de petrechos e técnicas específicas.

Já em Araguatins, observa-se uma menor diversidade de petrechos reportados para algumas espécies, mas com métodos adaptados ao ambiente local. O caniço é destacado para espécies como avoador e a curvina, enquanto outras espécies, como o barbado e o fidalgo, utilizam espinhéis e malhadeiras. O uso de redes e linhas de mão, como no caso do filhote, sugere práticas específicas para captura em maior profundidade ou em áreas mais restritas.

Tabela 9 - Petrechos para captura de espécies alvo utilizadas pelos pescadores entrevistados por município.

Etnoespécies	Xambioá	Araguatins	Esperantina
Avoante (avoador)	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa	Canço	Malhadaeira, Tarrafa
Barbado	Espinhel, Anzol, Malhadaeira, Tarrafa	Espinhel, malhadaeira	Espinhel, Malhadaeira, Tarrafa
Bodó			Mão, Malhadaeira, Tarrafa, Cacuri
Branquinha	Tarrafa, Malhadaeira		Malhadaeira, Tarrafa
Cachorra	Malhadaeira	Anzol, malhadaeira	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa
Cará	Malhadaeira, Tarrafa	Anzol, malhadaeira e tarrafa	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa
Caranha		Espinhel, Anzol, Rede	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa
Carí	Arpão, Malhadaeira, Tarrafa	Tarrafa, Malhadaeira	Mão, Malhadaeira, Tarrafa, Cacuri
Curimatá	Malhadaeira, Tarrafa	Tarrafa, Malhadaeira	Malhadaeira, Tarrafa
Curvina	Anzol, Malhadaeira	Canço, Malhadaeira	
Fidalgo	Espinhel, Malhadaeira	Tarrafa, Malhadaeira, Espinhel	Malhadaeira, Espinhel, Anzol
Filhote	Espinhel, Caceia, Anzol	Redão, Linha de Mão	Espinhel, malhadaeira
Jaraqui	Tarrafa, Malhadaeira	Tarrafa, Malhadaeira	Malhadaeira, Tarrafa
Ladina			Anzol, Malhadaeira
Mampará	Tarrafa, Malhadaeira		Malhadaeira, Tarrafa
Mandi	Anzol	Anzol	Anzol, Malhadaeira sem boia
Mandi Moela	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa		Anzol, Malhadaeira sem boia
Pacu	Anzol, Malhadaeira	Anzol, malhadaeira e tarrafa	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa, Cacuri
Piabanha			Anzol, Malhadaeira, Cacuri
Piau	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa	Anzol, malhadaeira e tarrafa	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa, Cacuri
Piranha	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa	Anzol, malhadaeira e tarrafa	Malhadaeira, Tarrafa
Sardinha Gato		Anzol, malhadaeira	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa
Surubim	Arpão, Anzol, Malhadaeira, Tarrafa	Espinhel, anzol, tarrafa	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa
Traíra			Anzol, Malhadaeira
Tucunaré	Arpão, Anzol, Malhadaeira, Tarrafa	Anzol, malhadaeira e tarrafa	Anzol, Malhadaeira, Tarrafa

Fonte: Autora (2025).

Por sua vez, em Esperantina, os petrechos são mais amplamente diversificados, incluindo instrumentos adicionais, como o cacuri, também chamado de curral, para espécies como o bodó, o carí e o pacu, que consiste em uma armadilha de galhos que permite a entrada dos peixes em busca de alimento colocado como atrativo, porém impede a saída mantendo os peixes encurralado. Essa prática indica um enfoque mais detalhado em estratégias de pesca locais, alinhadas às características da comunidade, uma vez que essa foi relatada como uma estratégia utilizada historicamente por indígenas passadas para comunidades quilombolas, que estão presentes na colônia de Esperantina. Além disso, instrumentos como anzóis sem boia são citados para espécies como o mandi e o mandi moela, reforçando a especificidade das técnicas.

Comparando as localidades, é perceptível que Xambioá apresenta um uso mais generalizado de petrechos tradicionais, como anzóis, malhadeiras e tarrafas, enquanto Esperantina exibe uma maior diversidade, incorporando ferramentas como o cacuri para determinadas espécies. Araguatins, embora apresente menor diversidade em alguns casos, utiliza petrechos adaptados às condições locais, como o caniço e o redão.

Essa análise demonstra que as práticas de pesca nos municípios analisados são moldadas por fatores ambientais, disponibilidade de equipamentos e tradição cultural, com cada localidade apresentando características próprias que atendem às suas especificidades ecológicas e socioeconômicas, indicando a presença de individualidades dentro de um contexto mais amplo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas, é possível identificar que a pesca nas comunidades da região do Bico do Papagaio analisadas apresenta tanto semelhanças quanto distinções particularidades de cada localidade. Algumas dessas distinções podem ser observadas na separação entre consumo e venda. Em comunidades mais urbanizadas, como Araguatins, há uma maior diversidade de espécies destinadas à venda em comparação às destinadas ao consumo. Isso contrasta com a comunidade de Esperantina, que não apenas indicou um número maior de espécies para consumo em relação às outras comunidades abordadas, mas também demonstrou uma preferência pelo consumo, mesmo quando as espécies possuíam alto valor de mercado. Esse comportamento pode ser reflexo da relação entre as comunidades e os recursos naturais disponíveis, considerando o contexto sociocultural da comunidade.

A comunidade de Xambioá, que em termos de urbanização se encontra entre as duas outras localidades analisadas, destacou-se pelo conhecimento mais detalhado sobre as épocas de desova das espécies de interesse. Isso pode estar relacionado à maior idade média do grupo entrevistado, que reflete uma experiência mais longa com o rio e suas dinâmicas. No entanto, não necessariamente os pescadores de Xambioá apresentaram o maior tempo médio de dedicação à atividade pesqueira, que foi registrado em Araguatins.

O conhecimento sobre as épocas de desova é de extrema relevância, pois influencia diretamente a sustentabilidade da pesca e o respeito às legislações ambientais. Em Xambioá e Araguatins, a maioria dos relatos sobre desova está em conformidade com as leis de defeso vigentes, com exceção das ocasionais espécies relatadas como de "desova parcelada". Já Esperantina apresentou um número maior de espécies desovando fora do período de defeso. Essa observação pode ser explicada pelo fato de a comunidade realizar suas atividades em dois rios (o Tocantins e o Araguaia) e em sua confluência, o que potencialmente influencia as características reprodutivas das espécies locais ou mesmo a estratégias adaptativas das espécies em relação às mudanças no uso da água e da terra na bacia, que interferem diretamente no ambiente aquático. Sendo que este fato necessita ser melhor investigado.

Em relação ao conhecimento dos hábitos alimentares das espécies, as três comunidades demonstraram concordância em grande parte das informações. Esse saber implica diretamente no sucesso das capturas, uma vez que influencia na escolha das iscas e no tipo de petrecho utilizado. Quando as pescas possuem focos definidos, o uso desse conhecimento pode aumentar a eficiência das capturas, reduzindo esforços desnecessários e otimizando os

recursos disponíveis. Além disso, a escolha acertada de materiais contribui para a redução do peso transportado na canoa, facilitando a logística da atividade pesqueira.

No que diz respeito ao esforço de pesca, as três comunidades estudadas apresentaram padrões distintos, reflexo de suas diferentes orientações produtivas. Todas as comunidades apresentaram espécies de captura contínua, ou seja, aquelas que podem ser pescadas ao longo de todo o ano. O padrão de espécies de captura contínua observado não é apenas um atributo das espécies (como sua plasticidade ecológica), mas também um produto das escolhas e conhecimentos dos pescadores: a manutenção de espécies disponíveis o ano todo no portfólio de captura reduz a vulnerabilidade à sazonalidade e confere maior estabilidade econômica e alimentar às famílias pesqueiras.

Essas observações reforçam a importância de compreender a pesca artesanal não apenas como uma atividade econômica, mas também como uma prática profundamente conectada ao conhecimento dos sujeitos e às especificidades socioambientais das comunidades, demonstrando também que a construção de conhecimentos em conjunto com as comunidades que vivenciam essas realidades é importante para um embasamento real de políticas públicas e modos de gestão da atividade e dos recursos naturais envolvidos nela.

REFERÊNCIAS

- ACAUAN, R. C.; TEIXEIRA, B.; POLETTE, M.; & BRANCO, J. O. Aspectos legais da pesca artesanal do camarão sete-barbas no município de Penha, SC: o papel do defeso. **Interações**. Campo Grande - MS, v. 13, p. 543–556. 2018. <https://doi.org/10.20435/inter.v19i3.1581>
- AGUIÓN, Alba et al. Five archetypes of small-scale fisheries reveal a continuum of production strategies to guide governance and policymaking. **Nature Food**, p. 1-12, 2025. <https://doi.org/10.1038/s43016-025-01237-5>
- ALMEIDA, M. C. De. **Pesca, consumo de proteínas e economia no rio Xingu, Amazônia Brasileira**. 2018. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca do Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Pará, 2018. Disponível em: https://ppgeap.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2018/PPGEAP_TESE_Morgana%20Carvalho%20de%20Almeida_2018.pdf Acesso em: 22 dez. 2025
- ANDRADE, L. DA S., DA SILVA, J. S., GOMES, C. V. A., & DE SOUZA, A. M. A meteorologia popular e seu uso em atividades produtivas na comunidade quilombola Mocambo, em Ourém, Pará, Brasil. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém - PA v. 17 n. 2, e20210015. 2021 <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0015>
- ARRUDA, F. A. A. DE., SILVA, J. C. M. DA., & NORA, G. D. Territoriality and resistance in the amazon forest. **Geopauta**, v. 7, e11708. 2023. <https://doi.org/10.22481/rg.v.7e2023.e11708>
- ASCHIDAMINI, I. M.; SAUPE, R. Grupo focal estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Cogitare enfermagem**, v. 9, n. 1, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v9i1.1700>
- BARTHEM, R. B.; FABRÉ, N. N. **Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia**. In: RUFFINO, M. L. (org.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: Provárzea, 2004. p. 11–55.
- BAU, E. P. de L. **A pesca artesanal em Macaé-rj: uma abordagem etnoictiológica como subsídio para o manejo de cianídeos**. Rio de Janeiro – RJ. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro campus UFRJ- Macaé Professor Aloísio Teixeira/ NUPEM. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, 2015.
- BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciência**, v. 18, n. 3, p. 121-132, 1993.
- BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 nov. 2003. (Redação atualizada pela Lei nº 13.134, de 16 jun. 2015, e pela Lei nº 14.973, de 2024). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.779.htm. Acesso em: 04 de mar de 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 03 de mar de 2026.

CAMARGO, F. F., SOUZA, T. R. DE., & COSTA, R. B. DA. (2014). Etnoecologia e etnobotânica em ambientes de Cerrado no Estado de Mato Grosso. **Interações** Campo Grande - MT, v.15, n.2, 2014, 353–360. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000200013>

CAMARGO, M.; JÚNIOR, W. M. A. L. Aspectos da biologia reprodutiva de seis espécies de peixes de importância comercial do médio Rio Xingu—bases para seu manejo. **Scientific Magazine UAKARI**, v. 3, n. 1, p. 64-77, 2007.

CAMPOS, T. N. da S. **Diversidade de peixes migradores da Bacia Tocantins-Araguaia, Brasil.** 2023.59f. Dissertação (Mestrado Biodiversidade, Ecologia e Conservação) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação, Porto Nacional, 2023.

CARDOSO, L. F. C.; SOUZA, J. L. C. de. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, p. 165-177, 2011.

CORACINI, M. J. R. F. (2019). Análise de discurso: em busca de uma metodologia. **DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada**, v. 7, n. 1. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/46086>. Acesso em: 29 out. 2023

CORREIA, M. da C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 30-36, 2009. (Acesso: 19 de abr. 2024) DOI: <https://doi.org/10.56732/pensarenf.v13i2.32>

COSTA, G. de M.; OLIVEIRA, L. C. de, OLIVEIRA; A. S. de, VIEIRA, B. S.; LIMA, M. G. de,; SCHUINGUES, C. de O. (2016). Descrição anatômica do estômago de cachorra, *Hydrolycus armatus* (Jardine & Dchomburgk, 1841), (Teleostei: Cynodontidae). **Revista De Ciências Agro-Ambientais**, Alta Floresta - MT, v. 13, n. 2, 2015. <https://doi.org/10.5327/rcaa.v13i2.1181>

COSTA, L. X.; MACIEL JUNIOR, A.; MACIEL, C. M. R.; SILVA, J. S.; SILVA, R. P. Morfologia comparativa do tubo digestório de *Cichlasoma sp.* e *Geophagus sp.*

(CICHLIFORMES, CICHLIDAE). **Enciclopédia Biosfera**. Jandaiaa – GO, v. 13, 2016.
DOI: [10.18677/EnciBio_2016B_115](https://doi.org/10.18677/EnciBio_2016B_115)

CRISTO, S. S. V.; NOLETO, J. P. S. Análise das Transformações Ambientais da porção central do estado do Tocantins: ênfase nos aspectos de uso e ocupação da terra no município de Brejinho de Nazaré. **GeoUECE** (online), v. 09, n. 16, p. 147-153, 2020. (Acesso: 20 de mai. 2024) DOI: <https://doi.org/10.59040/GEOUECE.2317-028X.v9.n16.147-153>

CRUZ S. de S. L. “Território pesqueiro na Amazônia brasileira: a importância da pesca artesanal”, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2019 En línea: <https://www.eumed.net/rev/cccs/2019/05/territorio-pesqueiro-amazonia.html>
[//hdl.handle.net/20.500.11763/cccs1905territorio-pesqueiro-amazonia](https://hdl.handle.net/20.500.11763/cccs1905territorio-pesqueiro-amazonia)

DA SILVA, A. F. Pesca artesanal: seu significado cultural. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 1, p. 142-159, 2009.

DINIZ, C. R. **Metodologia científica** / Célia Regina Diniz; Iolanda Barbosa da Silva. – Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

DORIA, C. R. C.; RUFFINO, M. L.; HIJAZI, N. C.; CRUZ, R. L. da. A pesca comercial na bacia do rio Madeira no estado de Rondônia, Amazônia brasileira. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 42, n. 1, p. 29–40, 2012.

ECHEVARRÍA, Gabriela et al. Local Ecological Knowledge, Fishing Practices, and Perceived Threats among Kichwa, Cofán, and Siona Fishers in the Ecuadorian Amazon. **Ethnobiology and Conservation**, v. 15, 2026.

ERTZOGUE, M. H., FERREIRA, D. T. A. M., & MARQUES, E. E. “É a morte do rio tocantins, eu sinto isso”: Desterritorialização e perdas simbólicas em comunidades tradicionais atingidas pela hidrelétrica de Estreito, TO. **Sociedade & Natureza**, v. 29, n. 1, 53–62. 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-451320170104>

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. The ecosystem approach to fisheries. FAO Technical Guidelines for Responsible Fisheries, n. 4, Suppl. 2. Rome: FAO, 2003.

FAO. 2022. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2022**. Towards Blue Transformation. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0461en> Acesso em 10 ago de 2023. Disponível em: < <https://www.fao.org/3/cc0461en/cc0461en.pdf> >.

FERNANDES, A. D. **Comparação morfológica do trato digestório dos peixes *Plagioscion squamosissimus* e *Hypophthalmus marginatus* do reservatório de Lajeado, Rio Tocantins**. 41 f. 2022. Monografia Graduação – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional – Curso de Ciências Biológicas, Porto Nacional, 2022.

FIGUEIREDO, A. R. D., SIMÕES, J. C., MENEGAT, R., STRAUSS, S., & RODRIGUES, B. B.. (2019). Perceptions of and adaptation to climate change in the Cordillera Blanca, Peru. **Sociedade & Natureza**, v. 31, e45623. <https://doi.org/10.14393/SN-v31-2019-45623>

FREITAS T. M. S; SANTOS W. O.; PRUDENTE B.S.; MONTAG L. F. A. (2020) Diet and foraging behavior of *Ageneiosus inermis* (Teleostei, Auchenipteridae) **Neotropical Biology and Conservation** Sofia, Bulgaria. v. 15, n. 3, p. 209–218. <https://doi.org/10.3897/neotropical.15.e53383>

GALLETTI, V. S. RESENDE, E. K. de COSTA, F. E. dos S. Alimentação de duas espécies do gênero *Pseudoplatystoma* do Rio Negro, Pantanal da Nhecolândia, MS, Brasil. **SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL**, v. 5., 2010, Corumbá, MS. Anais... Corumbá: Embrapa Pantanal: UFMS; Campinas: ICS do Brasil, 2010. 1 CD-ROM SIMPAN 2010.

GARCIA, N. M. et al. Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar. **Psicologia da Educação**, n. 25, 2007.

GODOI, D. S. de. Diversidade e hábitos alimentares de peixes de riachos afluentes do rio Teles Pires, drenagem do rio Tapajós, Bacia Amazônica. 2008. Dissertação (Mestrado em Aquicultura) - Centro de Aquicultura, Universidade Estadual Paulista, 2025.

GOLDIN, J. R.; PITHAN, C. F.; OLIVEIRA, J. G.; RAYMUNDO, M. M. O processo de consentimento livre e esclarecido em pesquisa : uma nova abordagem. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 49, n. 1, p. 372–374, 2012.

GOMES, D. DE O., BRANDÃO, W. N. M. P., & MADEIRA, M. Z. de A. Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. **Revista Katálisis**, v. 23 n. 2, 317–326. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p317>

GONDIM, S. M. G. FISCHER, T. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. **Cadernos gestão social**, v. 2, n. 1, p. 9-26, 2009.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 12, p. 149-161, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004>

GOODMAN, L. A. Snowball sampling. **The annals of mathematical statistics**, p. 148-170, 1961.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Lei 8.305/1943. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/9369>. Acesso em: 10 mai. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Lei Ordinária nº 426/1913. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/99573/pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

GUEDES, A. D. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, v. 18, n. 1, 23–39. 2016. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n1p23>

HALLWASS, G.; LOPES, P. F.; JURAS, A. A.; SILVANO, R. A. M. Fishers' knowledge identifies environmental changes and fish abundance trends in impounded tropical rivers. **Ecological Applications**, v. 23, n. 2, p. 392–407, 2013.

HECKENBERGER, M. J. et al. Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. **Science**, v. 321, n. 5893, p. 1214–1217, 2008.

HELLEBRANDT, L. M.; Abdallah P. R.; Hellebrandt D. Avaliação de políticas públicas aplicadas à pesca artesanal no Brasil. **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**, v. 6, 2012.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 48, de 5 de novembro de 2007. Estabelece o período de defeso na Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia. Brasília: **IBAMA**, 2007.

ISAAC, V. J.; ALMEIDA, M. C.; GIARRIZZO, T.; DEUS, C. P.; VALE, R.; KLEIN, G.; BEGOSSI, A. Food consumption as an indicator of the conservation of natural resources in riverine communities of the Brazilian Amazon. **Environment, Development and Sustainability**, v. 17, n. 3, p. 543–560, 2015.

KIKUCHI, R. M. **Impacto da implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado) no rio Tocantins, com ênfase na comunidade bentônica.** – São Carlos - SP: UFSCar, 2005. Tese (Doutorado) 127 p.

LIMA, A. A. B. Etnoconhecimento e educação de trabalhadores/as na Amazônia. **I Encontro de etnobiologia e etnoecologia da Região Norte, durante a Sessão Temática Integrada “Etnoconservação: uma questão das populações tradicionais da Amazônia**, 2001.

LIMA, P. G. C., SILVA, R. O. DA., COELHO-FERREIRA, M. R., & PEREIRA, J. L. G.. (2013). Agrobiodiversidade e etnoconhecimento na Gleba Nova Olinda I, Pará: interações sociais e compartilhamento de germoplasma da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz, Euphorbiaceae). **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém – PA, Ciências Humanas, v. 8 n. 2, 419–433. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222013000200012>

LIRA, T. DE M., & CHAVES, M. DO P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**. Campo Grande - MS, v. 17 n. 1, 66–76. 2016. <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>

LONGO, G. R.; VINHOLI JÚNIOR, A. J. Etnoconhecimento e Educação Ambiental: um mapeamento de artigos em periódicos nacionais. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 27–48, 2022. DOI: 10.14295/remea.v39i1.12672. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/12672>.

LOPES, M. C. **Etnoconhecimento, conservação e valor dos bens comuns no alto Solimões**. 257 f. Tese (doutorado em ciencias do ambiente e sustentabilidade na Amazônia) – Centro de Ciências do Ambiente - Universidade Federal Do Amazonas, Manaus, 2020.

MAQUIAVELI, C. do C. Dieta e morfologia trófica de duas espécies simpátricas de peixes voadores (*Hemiodus microlepis* e *Hemiodus unimaculatus*) na região do médio curso do rio Tocantins, na área de influência da UHE Luís Eduardo Magalhães-TO. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, 2006.

MARQUES, J. G. W. **Aspectos ecológicos na etnoictiologia dos pescadores do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba**, Alagoas. 1991. Tese (Doutorado em Ecologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

MARTINS, M. L. S., & ALVIM, R. G. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém – PA, Ciências Humanas, v. 11 n. 2, p. 379–390. 2016. <https://doi.org/10.1590/1981.81222016000200003>

MIRANDA, K. F., AMARAL NETO, M., SOUSA, R. DA P., & COELHO, R. DE F. Sustainable Forest Management in Community Use Protected Areas in the Amazon. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 799–814. 2020. <https://doi.org/10.14393/SN-v32-2020-51621>

MORAES, M. F. P. G de; BARBOLA, I. F.; GUEDES, É. A. C. Alimentação e relações morfológicas com o aparelho digestivo do " curimbatá", *Prochilodus lineatus* (Valenciennes)(Osteichthyes, Prochilodontidae), de uma lagoa do sul do Brasil. **Revista brasileira de zoologia**, Curitiba – PR, v. 14, n. 1, p. 169-180, 1997.

MORAIS, R. S. de O. **Análise da geomorfologia fluvial do sistema Araguaia-Javaés a partir de sensoriamento remoto**. 2018. 60 f. TCC (Graduação de Engenharia Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

NATURATINS - Instituto Natureza do Tocantins. Portaria nº 215, de 29 de outubro de 2024. Fixa o período de defeso da Piracema no Estado do Tocantins para a temporada 2024/2025 (1º de novembro de 2024 a 28 de fevereiro de 2025). **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, 29 out. 2024.

OLIVEIRA, N. M. de; CRESTANI, L. de A.; STRASSBURG, U. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Revista IDeAS**, 2016.

OLIVEIRA, N. M. de; PIFFER, M. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. **Drd–Desenvolvimento Regional em Debate**, 2016.

ORSI, C. H. **Variações espaciais na estrutura da assembleia de peixes do baixo rio Araguaia durante um ciclo hidrológico**. 2012. 36 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

PEIXOTO, R. C. Memória, verdade e justiça: reconhecendo abusos do passado e do presente no Bico do Papagaio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, 2013.

PESSOA, E. K. R.; SILVA, B. da; CHELLAPPA, N. T.; SOUZA, A. A. de; CHELLAPPA, S. Morfologia comparativa do trato digestório dos peixes *Hoplias malabaricus* e *Hypostomus pusalum* do açude Marechal Dutra, Rio Grande do Norte, Brasil. 2013. **Biota Amazônica Open Journal System**. DOI: <http://dx.doi.org/10.18561/2179-5746/biotaamazonia.v3n1p48-57>

PETRERE JR., M. Pesca e esforço de pesca no estado do Amazonas. I. Esforço e captura por unidade de esforço. **Acta Amazonica**, v. 8, n. 3, p. 439–454, 1978.

PETRIKI, Olga et al. Local ecological knowledge (LEK) can guide decision-making in Inland fisheries management. **Applied Sciences**, v. 14, n. 19, p. 8819, 2024.

PIORSKI, N. M.; ALVES, J. de R. L.; MACHADO, M. R. B.; CORREIA, M. M. F. Alimentação e ecomorfologia de duas espécies de piranhas (Characiformes: Characidae) do lago de Viana, estado do Maranhão, Brasil. **Acta Amazonica**, Manaus - AM, v. 35, n. 1, p. 63-70, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0044-59672005000100010>

PONTES, L. M. P. **Estudo bibliométrico e análise das pesquisas sobre os temas economia solidária e pesca artesanal**. 2022. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

QUIRINO, G. da S. Saber científico e etnoconhecimento: é bom pra quê? **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 21, p. 273-283, 2015.

RABELO, H.; ARAÚJO-LIMA, C. A. R. M. A dieta eo consumo diário de alimento de *Cichla monoculus* na Amazônia Central. **Acta amazônica**, Manaus - AM, v. 32, n. 4, p. 707-707, 2002.

RAMALHO, C. W. N. A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 24, n. 2, 2008.

REIS, M. M. T. **Etnoconhecimento ictiológico de pescadores de peixes comerciais comestíveis do Médio Rio Negro, Amazonas**. 111 f. Dissertação (mestrado em ciências pesqueiras nos trópicos) Universidade Federal Do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8535> Acesso em: 20 de Jun de 2025.

ROCHA, E. J. M. da. **Pesca Artesanal: Desembarque Pesqueiro no Município de Mocajuba: Dados e Espécies**. Orientador: FENZL, N. 2019. 86 f. Dissertação (mestrado em gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na amazônia) - Núcleo de meio ambiente,

Universidade Federal Do Pará, Belém, 2019. disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13457>. acesso em: 12 jul 2023.

RODRIGUES, Sirlene Souza; NAVARRO, Rodrigo Diana; MENIN, Eliane. Adaptações anatômicas da cavidade bucofaringiana de *Leporinus macrocephalus* Garavello & Britski, 1988 (Pisces, Characiformes, Anostomidae) em relação ao hábito alimentar. **Revista Biotemas**, Florianópolis – SC, v. 19, n. 1, p. 51-58, 2006.

RÖPKE, C.; LONARDONI, A.; ZUANON, J.; DORIA, C. R. da C. LIMA, A. L.; SANT'ANNA, I. R. A.; GUNTHER, H. M. L.; SILVA, T. M. da; SOUZA, S. T. B.; TORRENTE-VILARA, G. Diet seasonality and resource partitioning by large catfishes in the Madeira River, Brazil. **Acta Amazonica**, Manaus - AM, v. 55, p. e55bc25003, 2025. <https://doi.org/10.1590/1809-4392202500031>

SANTOS, G. M. dos. Caracterização, hábitos alimentares e reprodutivos de quatro espécies de "aracus" e considerações ecológicas sobre o grupo no lago Janauacá-AM. (Osteichthyes, Characoidei, Anostomidae). **Acta Amazonica**, v. 12, n. 4, p. 713-739, 1982. <https://doi.org/10.1590/1809-43921982124713>

SCHNEIDER, C. H. **Mapeamento cromossômico comparativo de ciclídeos amazônicos utilizando sequências repetitivas de DNA**. 2013. 121 f. Tese (Doutorado em biologia de água doce e pesca interior) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, AM, 2013.

SILVA, A. P. da; MUNOZ, A. E. P.; PORRO, R.; MENDES, O. DA R.. SILVA, F. O.; COSTA, A. DA C. A importância da participação na eleição de problemas prioritários da pesca artesanal no médio Araguaia, Tocantins, Brasil. **Foro Iberoamericano de los Recursos Marinos y la Acuicultura**, 12. p. 726-741. 2024

SILVA, A. T. R. da. Áreas protegidas, populações tradicionais da Amazônia e novos arranjos conservacionistas. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 34 n. 99, e349905. 2019. <https://doi.org/10.1590/349905/2019>

SILVA, J. C. da; ARAÚJO, A. D. de. A metodologia de pesquisa em Análise do Discurso. **Grau Zero – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas-BA: Fábrica de Letras - UNEB, v. 5, n. 1, p. 17–31, 2017. DOI: 10.30620/gz.v5n1.p17. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/3492>. Acesso em: 29 out. 2023.

SILVA, T. S., NASCIMENTO, N. S. F., & SÁ, M. E. R. de. Conflitos socioambientais em áreas de complexos portuários na Amazônia paraense: ameaças, agentes e resistências. **Revista Katálysis**, v.26 n.1, 89–99. 2023. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e89863>

SILVANO, R. A. M.; VALBO-JØRGENSEN, J. Beyond fishermen's tales: contributions of fishers' local ecological knowledge to fish ecology and fisheries management. **Environment, Development and Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 657–675, 2008.

SOUZA, D. N. DE; KATO, H. C. DE A.; FREITAS, A. A. DE; MILAGRES, C. S. F. Mercados institucionais e as estratégias de comercialização do pescado. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 2, p. 327-339, 2020. (Acesso: 20 de mai. 2024) <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/65>

SOUSA, H. J. F. de. **Etnoconhecimento na perspectiva da educação do campo sob a epistemologia do pensamento complexo e da transdisciplinaridade**. 2023. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação, Palmas, 2023.

SOUTO, P. C., SOUSA, A. A. DE., & SOUTO, J. S.. (2016). Saber acadêmico **versus** saber popular: a literatura de cordel no ensino de práticas agrícolas. **Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos**, v. 97 n. 245, 195–212. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/330612261>

TODI. Araguatins. Disponível em: <https://www.todi.com.br/cidade/12>. Acesso em: 10 mai. 2025.

TREVIZAN, S. D. P., & LEÃO, B. M. Pluralidade jurídica: sua importância para a sustentabilidade ambiental em comunidades tradicionais. **Sociedade E Estado**, v. 29 n.2, 539–560. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200011>

UMMUS, M. E.; DA SILVA, A. P.; PAZ, LR de S. Mapeamento participativo das rotas de pesca na margem tocantinense do rio Araguaia. **XIX Encontro Nacional de Geógrafos**. ISBN: 978-85-99907-08-5. 2018.

VARI, R. P. A Phylogenetic Study of the Neotropical Characiform Family Curimatidae (Pisces: Ostariophysi), **Smithsonian contributions to zoology** • N 471. 1989.

WEDIG, J. C. “Conhecimento não se vende”: a colonialidade e o embate de perspectivas sobre os conhecimentos tradicionais. Civitas - **Revista De Ciências Sociais**, v.21 n.2, 334–343. 2021. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.36119>

WELCOMME, R. L. Fisheries ecology of floodplain rivers. London: Longman, 1979.

.

APÊNDICES

Apêndice A

Guia de Temas

1. Espécies de Consumo

- a. Verão**
- b. Inverno**
- c. Ano todo**

2. Espécies de Comercialização

- a. Verão**
- b. Inverno**
- c. Ano todo**

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **“O comportamento de consumo de pescado e o etnoconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais sobre a ictiofauna na região do Bico do Papagaio, Tocantins, Brasil”**. Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora **Carolynne Ribeiro Gomes Dias**, do Curso de **Mestrado em Ciências do Ambiente** da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Palmas, sob orientação do(a) Prof.(a) **Elineide Eugênio Marques**. Nesta pesquisa, pretendemos **descrever os vários aspectos da produção de pescado a partir do conhecimento tradicional dos pescadores da região**. O motivo que nos leva a estudar é a possibilidade de se apresentar como uma importante ferramenta de planejamento de políticas de fomento para atividade assim como um mecanismo de empoderamento das comunidades, que ao terem apropriação das informações de suas próprias atividades em linguagem científica, podem buscar seus direitos de maneira mais concisa e fundamentada, buscando também valorizar sua atividade assim como o conhecimento tradicional dos pescadores. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: **Entrevistas semiestruturadas e reuniões de grupos focais**. A sua participação consistirá em **registros escritos dos relatos apresentados e ocasionalmente registros fotográficos das reuniões de grupos focais**. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em **desrespeito a privacidade, o qual será evitado ao máximo pela aplicadora ao dar espaço para recusa de qualquer parte da entrevista, impacto emocional, relacionado a alteração de sua rotina para a realização da mesma assim como com o resgate de memórias e falta de compreensão cultural, que será minimizado no máximo possível com o esclarecimento máximo dos conhecimentos que escolher dividir**. A pesquisa contribuirá para **geração de conhecimento formal baseado nas experiências reais da população, validação do conhecimento tradicional por meio da formalização e exposição do mesmo em ambiente acadêmico, aumento da visibilidade das comunidades pesqueiras a nível regional e nacional**.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **Universidade Federal do Tocantins – Campus Palmas**, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos no **Labciamb** do Curso de **Pós-Graduação em Ciências do Ambiente** da UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **“O Comportamento de Consumo de Pescado e o Etnoconhecimento dos Pescadores Artesanais Sobre Ictofauna na Região do Bico do Papagaio, Tocantins Brasil”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () **Concordo que o meu (citar se será material biológico, registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) seja utilizado somente para esta pesquisa.**
- () **Concordo que o meu (citar se será material biológico, registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.**

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante:

Data:

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Nome do Pesquisador Responsável: Carolyne Ribeiro Gomes Dias

Endereço: Quadra 105 norte, alameda das aroeiras 1 Bairro: Plano diretor Norte

CEP: 77.001-048

Cidade: Palmas-TO

Telefone Fixo: (63)

Telefone Celular: (63) 99212-6121

E-mail:

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

DATA

Apêndice C

Relação de espécies citadas pelos pescadores

Etnoespécies	Morfologia	Nome Científico
Avoante (avoador)	<i>Escama</i>	<i>Hemiodus</i> spp.
Barbado	<i>Couro</i>	<i>Pinirampus pirinampu</i>
Bodó	<i>Carapaça</i>	<i>Hypostomus</i> spp.
Branquinha	<i>Escama</i>	<i>Curimata</i> spp., <i>Psectrogaster</i> sp.
Cachorra	<i>Escama</i>	<i>Hydrolycus</i> spp.
Cará	<i>Escama</i>	<i>Geophagus</i> spp.
Caranha	<i>Escama</i>	<i>Piaractus brachypomus</i>
Cari	<i>Escama</i>	<i>Hypostomus</i> spp.
Curimatá	<i>Escama</i>	<i>Prochilodus nigricans</i>
Curvina	<i>Escama</i>	<i>Plagioscion squamosissimus</i>
Fidalgo	<i>Couro</i>	<i>Ageneiosus</i> spp.
Filhote	<i>Couro</i>	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Jaraqui	<i>Escama</i>	<i>Semaprochilodus brama</i>
Ladina	<i>Escama</i>	<i>Brycon falcatus</i>
Mapará	<i>Couro</i>	<i>Hypophthalmus marginatus</i>
Mandi	<i>Couro</i>	<i>Pimelodus</i> spp.
Mandi Moela	<i>Couro</i>	<i>Pimelodina flavipinnis</i>
Pacu	<i>Escama</i>	<i>Myleus</i> spp., <i>Mylossoma</i> spp.
Piabanha	<i>Escama</i>	<i>Brycon gouldingi</i>
Piau	<i>Escama</i>	<i>Leporinus</i> spp.
Piranha Preta	<i>Escama</i>	<i>Serrasalmus rhomeus</i>
Piranha Vermelha	<i>Escama</i>	<i>Pygocentrus nattereri</i>
Sardinha Gato	<i>Escama</i>	<i>Tripotodus trifurcatus</i>
Surubim	<i>Couro</i>	<i>Pseudoplatystoma</i> spp.
Traíra	<i>Escama</i>	<i>Hoplias malabaricus</i>
Tucunaré	<i>Escama</i>	<i>Cichla</i> spp.
Ubarana	<i>Escama</i>	<i>Anodus elongatus</i>